



ATA N.º 26 – Aos cinco dias do mês de junho do ano dois mil e treze, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – José Manuel Moreira Cardoso da Costa – e secretariada pelo senhor Francisco Barbosa de Oliveira Maia, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 25 – Sessão Ordinária de 28 de junho de 2013;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida (deliberação da Assembleia de 30/04/2012);
- 4 – Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;
- 5 – Locação de bens “Renting de Viaturas”
 - Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;
- 6 – Procedimento “Contrato de apoio e manutenção das aplicações informáticas SIGMA”
 - Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;
- 7 – Empreitada de “Construção de Adutora do Reservatório R48.2 e/ou R48.3 para a rede em baixa da cidade da Feira”
 - Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual;
- 8 – Escritura de permuta de imóveis celebrada entre o Município e a sociedade comercial por quotas denominada “Imobiliária Valente, Lda.”
 - Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual;
- 9 – Protocolo a celebrar entre o Município e Fernanda Astrid Loureiro Leite Ferreira e outros
 - Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual;
- 10 – Relatório do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral.

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Alfredo de Oliveira Henriques, e pelos senhores vereadores Emídio Ferreira dos Santos Sousa, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Celestino Augusto Soares Portela, Alcides Alves Branco de



Carvalho, António Ferreira de Bastos, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso e Sérgio Manuel Murteira Cirino. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes. -----

Deu nota da impossibilidade do Sr. Primeiro Secretário da Mesa – Vítor Carlos Latourrette Marques – estar presente na sessão, pelo que havia a necessidade de completar a Mesa que, no momento, apenas era composta por um dos dois Secretários. Nesse sentido, convidou o grupo municipal do Partido Socialista a indicar, para esse efeito, um seu elemento, tendo sido indicada a deputada municipal Alexandra Patrícia Alves de Sousa, que tomou o respetivo lugar na Mesa. -----

Em seguida, foi dada nota da entrada na Mesa, até àquele momento, de sete credenciais: uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – David Manuel Pinho Soares Ferreira; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caldas de São Jorge, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquele Executivo – Maria Rosa de Jesus Costa Santos; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Canedo, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – Paulo Fernando Marques de Oliveira; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Guisande, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquele Executivo – Alexandra Suzete Castro Gomes; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mosteirô, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquele Executivo – Maria Paula da Silva Nogueira; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – Rui Alves Rios; e uma outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Vale, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquele Executivo – Cecília Júnior Ferreira. -----

A Assembleia foi ainda informada que cinco deputados municipais, nomeadamente os membros António Domingues Pereira (PSD), Idalina Noémia Pais de Sousa e Sá Abreu (PS), Adriano Serafim Resende Martins (PS), António de Oliveira e Silva (BE), e Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes (CDU), solicitaram, nos termos da Lei, e dada a impossibilidade em



estarem presentes pelos motivos expostos nas próprias comunicações, serem substituídos na presente sessão.-----

Quanto à substituição do membro António Domingues Pereira, a Assembleia foi informada que o cidadão a seguir na lista da mesma força partidária (PSD) – Alberto Oliveira Malta – solicitou, de igual modo, ser substituído na presente sessão. Verificando-se que o cidadão seguinte dessa mesma lista – Maria Isabel Fontes Ribeiro da Silva – se encontrava presente para o efeito, a Assembleia foi informada que o Sr.^a Maria Isabel Silva substituíu, na sessão, o membro António Domingues Pereira. -----

Relativamente à substituição da deputada municipal Idalina Abreu, foi informado que a cidadã imediatamente seguinte na lista do PS – Samanta Joana da Silva Maia – solicitou, de igual modo, ser substituída. Verificando-se que o cidadão seguinte dessa mesma lista – Manuel António Oliveira Ferreira – se encontrava presente para o efeito, a Assembleia foi informada que o Sr. Manuel Ferreira substituíu, na sessão, a deputada municipal Idalina Abreu.-----

Por outro lado, o membro Adriano Martins foi substituído, na sessão, pelo cidadão imediatamente a seguir na lista do PS – António Ferreira Pinto – que se encontrava presente para o efeito. -----

A respeito da substituição do membro António Silva, a Assembleia foi informada que os dois cidadãos a seguir na lista da mesma força partidária (BE) – Nuno Miguel Pinto Serrano e Patrícia Carla Gomes Moreira – solicitaram, de igual modo, serem substituídos na presente sessão. Verificando-se que o cidadão seguinte dessa mesma lista – Pedro Filipe Gomes Soares – se encontrava presente para o efeito, a Assembleia foi informada que o Sr. Pedro Filipe Soares substituíu, na sessão, o membro António Silva. -----

Sobre a substituição da deputada municipal Lúcia Gomes, foi referido que o cidadão a seguir na lista da mesma força partidária (CDU) – Ricardo Jorge Dias Cardoso – solicitou, de igual modo, ser substituído na presente sessão. Verificando-se que o cidadão seguinte dessa mesma lista – Pedro Lopes de Almeida – se encontrava presente para o efeito, a Assembleia foi informada que o Sr. Pedro Almeida substituíu, na sessão, a deputada municipal Lúcia Gomes. -----

Para além dos membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----



Adriana Marisa da Silva Cardoso; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Ângelo César da Siva Castro; Antero Henrique Tavares da Rocha Barbosa; António Alves Cardoso; António André da Silva Topa; António Vilar de Oliveira; Arménio Magalhães de Oliveira; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Fernanda Paula Marques Oliveira; Francisco Barbosa de Oliveira Maia; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; José Manuel Moreira Cardoso da Costa; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Manuel da Mota Pinho; Marco Aurélio Oliveira Jesus; Maria Filomena Leite Ferreira; Maria Marília da Conceição e Paiva Brandão; Maria Olinda de Oliveira Reis Coelho; Pedro Miguel de Pinho Pereira; Rui Jorge Ribeiro Tavares; Telmo André dos Santos Gomes; Victor José dos Santos Neves; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Escapães – Gastão Valente Pinto da Silva; Fiães – Bernardino Henriques Ribeiro; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lobão – José Henriques dos Santos; Louredo – José Fernando Moreira; Milheirós de Poiares – Augusto de Pinho Santos; Mozelos – Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Pigeiros – Feliciano Martins Pereira; Romariz – Manuel Jacinto da Conceição Moreira; Sanfins – José Fernandes Leite; S. João de Ver – Amaro Bento Silva Araújo; e S. Paio de Oleiros – David Ferreira Rodrigues. -----

Seguidamente, e na sequência do que foi sugerido à Mesa e aceite pela mesma na sessão de 25 de Junho de 1999 quanto à omissão da leitura da síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, e que continuou a ter a aceitação de todos e por isso continua a ser prática durante este mandato, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontrava disponível a relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. membros os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 28 de junho de 2013: -----

- “Ofício do Sr. Presidente da Comissão Executiva da AMP – Área Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo exemplar da “iPorto 31” – agenda metropolitana da cultura (bimestre de julho e agosto de 2013) que reúne os vários eventos da área da cultura dos 16 Municípios que integram aquela Área Metropolitana; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, o teor da recomendação
-



- aprovada pela Assembleia Municipal na sua sessão realizada no dia 28 de junho de 2013, sobre o assunto “Atribuição do nome “Álvaro Cunhal” a espaço público no município de Santa Maria da Feira”; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Sr.^a Diretora Executiva do Agrupamento de Centros de Saúde de Entre Douro e Vouga I – Feira/Arouca, informando que esta Assembleia Municipal, na sua sessão de 28 de junho de 2013, deliberou designar a Sr. Mário Jorge de Castro Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão) como representante do município de Santa Maria da Feira no Conselho da Comunidade do ACES Entre Douro e Vouga I – Feira/Arouca; -----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 24 de junho de 2013;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente na continuação da sessão ordinária do 18 de junho de 2013 e que aquela Assembleia realizou no dia 16 de julho de 2013, bem como indicando a Ordem de Trabalhos dessa sessão; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à D.^a Maria Quitéria Costa Rodrigues da Costa Lobo, levando ao conhecimento da mesma o teor do voto de pesar aprovado por este Órgão na sua sessão realizada no dia 28 de junho de 2013, de homenagem à memória do Prof. Doutor Manuel da Costa Lobo (seu marido); -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 08 de julho de 2013; -----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 22 de julho de 2013;-----
 - E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Canedo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o a participar na procissão das velas, que abriu os festejos em honra de S. Lourenço, na aldeia de Porto Carvoeiro, que se realizou no dia 9
-



- de agosto de 2013;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 05 de agosto de 2013;-----
 - E-mail da Comissão Coordenadora Distrital do Bloco de Esquerda de Aveiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subscrito pelo membro deste órgão – António de Oliveira e Silva, sobre o assunto “Bairro Social do Souto, em Fiães, com falhas de terra por baixo da estrutura”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, cópia do requerimento efetuado pelo membro deste órgão – António de Oliveira e Silva, sobre o assunto “Bairro Social do Souto, em Fiães, com falhas de terra por baixo da estrutura”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 05 de setembro de 2013, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 05 de setembro de 2013, e indicando a respetiva Ordem do Dia;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – António Domingues Pereira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 05 de setembro de 2013, por se encontrar fora do País em gozo de férias, requerendo, por esse motivo, lhe seja relevada a falta bem como a sua substituição na sessão, nos termos legais e regimentais;-----
 - Ofício de D.^a Maria Quitéria Costa Rodrigues da Costa Lobo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acusando o ofício que acompanhou a cópia do voto de pesar que este órgão exarou em memória de seu marido – Prof. Doutor Manuel da Costa Lobo, deixando os seus reconhecidos agradecimentos, e de toda a Família, pelo mesmo;-----
 - Convite da Associação de Cultura e Recreio da Banda Marcial do Vale, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na Gala do Centenário daquela Banda, a realizar no próximo dia 22 de setembro de 2013;-----
-



- E-mail do membro deste Órgão – Idalina Sá Abreu, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 05 de setembro de 2013, por motivos pessoais, requerendo, por esse motivo, a sua substituição na sessão, nos termos legais;-----
 - E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Canedo – Vítor Marques, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 05 de setembro de 2013, pelo que se fazia representar pelo Secretário daquele Executivo – Paulo Fernando Marques de Oliveira; -----
 - E-mail da Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, SROC. Lda., ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para efeitos do artigo 48.º, n.º 3, alínea d) da Lei 2/2007, de 15 de janeiro, o Relatório do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral do Município de Santa Maria da Feira;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 05 de setembro de 2013;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, relativo a aditamento à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 05 de setembro de 2013;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de aditamento à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 05 de setembro de 2013; -----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 19 de agosto de 2013;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Lúcia de Sousa Gomes (eleita pela CDU), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a justificação da sua falta a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 05 de setembro de 2013, uma vez não lhe ser possível estar presente por motivos profissionais, bem como a sua substituição pelo cidadão seguinte na lista eleitoral da Coligação Democrática Unitária;-----
-



- Comunicação de Ricardo Jorge Dias Cardoso – cidadão seguinte à Lúcia Gomes na lista eleitoral da Coligação Democrática Unitária, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a justificação da sua falta a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 05 de setembro de 2013, uma vez não lhe ser possível estar presente por motivos profissionais, bem como a sua substituição pelo cidadão seguinte na mesma lista eleitoral;
 - E-mail do membro deste Órgão – António de Oliveira e Silva (eleito pelo BE), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 05 de setembro de 2013, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos legais; -----
 - E-mail de Nuno Miguel Pinto Serrano – cidadão seguinte ao António Silva na lista eleitoral do BE, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 05 de setembro de 2013, solicitando a sua substituição na sessão, nos termos legais;-----
 - E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Henrique Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 05 de setembro de 2013, pelo que se fazia representar pelo Secretário daquele Executivo – Rui Alves Rios;-----
 - Diversos jornais e revistas.” -----
-

PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou que deram entrada na Mesa dois votos de louvor – um apresentado pelo grupo municipal do PS e outro pelo BE –, duas moções e uma recomendação – apresentadas pelo BE. Referiu que seria feita a leitura dos referidos documentos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais, para se pronunciarem sobre os mesmos. Pediu, em seguida, a um dos Secretários da Mesa para efetuar a leitura das moções, cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

Voto de Louvor ao serviço prestado pelos Bombeiros (apresentado pelo grupo municipal do PS):-----

“Em nome da Bancada do Partido Socialista, neste momento conturbado em que as atenções se dividem entre a situação económico-financeira e as movimentações partidárias, mais concretamente as eleições autárquicas, gostaria de propor a esta Assembleia um Voto de



Louvor aos Bombeiros Feirenses. -----

Lutando contra o poder devastador das chamas, dispondo de poucos recursos, num território que pouca ou nenhuma tradição de gestão florestal tem, colocam assim, em risco as suas próprias vidas. Não obstante, a falta de caminhos de segurança, a limpeza de terrenos públicos e privados, e o inexistente ordenamento das espécies, envidam todos os esforços para que os danos materiais e sociais sejam minimizados ao máximo.-----

Perante a imensidão e tão ilustres atos, reconhecendo esforços e postura, não poderíamos deixar de expressar a mais profunda admiração pelo nobre e ingrato trabalho que exercem. ----
Gostaríamos, ainda, de propor um minuto de silêncio em memória de todos aqueles que, a nível nacional, em exercício de funções combatiam o flagelo dos incêndios perdendo a vida lutando em prol da Segurança e Bem-estar de todos nós.”-----

Voto de Louvor aos bombeiros do concelho (apresentado pelo BE): -----

“Os últimos dias de agosto e os primeiros de setembro voltaram a mostrar uma imagem dramática de um país a arder. Nestes dias foram mobilizados milhares de bombeiros voluntários em todo o país que com esforço, coragem e abnegação combateram ininterruptamente, dia a dia, os fogos que consumiam o território. -----

Registaram-se, infelizmente, a perda de vidas humanas nesse combate, agravando-se aquilo que já era um cenário de catástrofe e desolação. A perda de vidas de bombeiros é um cenário a que ninguém deveria assistir.-----

Também no passado fim de semana, o concelho de Santa Maria da Feira voltou a ser fustigado por vários incêndios, nomeadamente na confluência Escapães-Sanfins, em Lobão e em Canedo. Para estes incêndios foram também mobilizados os bombeiros do concelho que com coragem impediram que esses incêndios tivessem outras proporções e outras consequências.-----

Por tudo isto, pelo inestimável trabalho desempenhado pelos bombeiros e pelo reconhecimento que todo o país lhes deve, a Assembleia Municipal reunida em 05 de setembro de 2013, delibera: -----

- Aprovar um voto de louvor aos bombeiros, em particular os do nosso concelho, pela sua coragem, empenho e trabalho no combate aos incêndios.”-----



Moção de solidariedade aos juízes do Tribunal Constitucional (apresentada pelo BE):-----

“O Tribunal Constitucional (TC) chumbou o diploma com as novas regras da mobilidade na Função Pública.-----

Os juízes consideraram que as novas regras da mobilidade especial para os funcionários públicos são inconstitucionais. -----

Felizmente que ainda há um Estado de Direito e direitos que devem ser respeitados.-----

A reação do primeiro-ministro é inaceitável num estado de direito, revelando uma incapacidade total de se adaptar às regras de vivência consignadas num estado de direito democrático. -----

Os funcionários públicos não são os responsáveis pelos desmandos de quem no governo, usou a incompetência como o centro de ação e conseqüentemente acabou por esvaziar os cofres do estado.-----

A situação na qual nos encontramos foi congeminaada pelas elites governativas, que agora numa gincana de passa-culpaa, querem atirar a responsabilidade para cima das vítimas.-----

Assim sendo, esta Assembleia Municipal, reunida em 5 de setembro de 2013, solidariza-se com os membros do tribunal constitucional que estão a ser vítimas do desespero de um primeiro-ministro sem capacidade política e de um governo sem rumo que apenas, e só, conhece a submissão perante aos ditames da banca e da troika.”-----

Moção – Promover a Qualidade de Vida nos bairros sociais do concelho (apresentada pelo BE): -----

“Observamos hoje incessantes ataques ao Estado Social. Este governo, juntamente com a sua visão elitista e discriminatória, continua o seu plano de desmantelamento do Estado Social e do projeto de um país democrático e igualitário para Portugal. -----

Olhando para o concelho de Santa Maria da Feira podemos concluir que o plano já está em rápida execução. Os moradores dos bairros sociais, hoje em situações dramáticas de vida, desesperam por respostas sociais por parte da Câmara Municipal, mas apercebem-se que foram deixados ao abandono. -----

De dia para dia observamos o abandono e a falta de interesse deste executivo camarário pelas pessoas que habitam esses bairros. Observamos a falta de meios e de ferramentas para que a reabilitação social seja eficaz e motivo de orgulho por parte do concelho.-----



Em visita aos bairros sociais do concelho verificamos que a falta de interesse tomou proporções gigantescas. Desde a total remoção de parques infantis ao abandono de equipamentos e espaços de lazer para uma melhor qualidade de vida; desde a falta de manutenção nos espaços exteriores (passeios, jardins, estradas, envolvente e fachadas dos prédios) até à falta de equipamentos de resposta social, falta tudo nestes bairros. O dinheiro que muitas vezes se desbarata em situações supérfluas ou em projetos incompletos como a estrada do PEC deve ser investido na manutenção de equipamentos e na criação de meios para que a qualidade de vida dos habitantes melhore significativamente e pavimente a estrada para a reabilitação social e para a inclusão social. -----

O direito à qualidade de vida é algo fundamental e deve ser respeitado e alvo de trabalho por parte da câmara municipal. -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em 05 de setembro de 2013, delibera: -----

- A colocação, reposição e manutenção de parques infantis nos bairros sociais do concelho de Santa Maria da Feira; -----
- A manutenção regular da envolvente dos bairros, fazendo limpeza de rua e de passeios, obras de manutenção nas fachadas dos edifícios, limpeza de matas envolventes que são um risco para o próprio bairro e manutenção de zonas verdes existentes em alguns destes locais; --
- Criação de hortas comunitárias em terrenos envolventes que são da propriedade da Junta ou da Câmara Municipal; -----
- Instalação ou aproveitamento de espaços comuns para desenvolver junto destes bairros atividades sociais, lúdicas e pedagógicas.” -----

Recomendação – Implementação de medidas de prevenção aos incêndios florestais
(apresentada pelo BE): -----

“No passado fim de semana, o concelho de Santa Maria da Feira voltou a ser fustigado por vários incêndios, com destaque para o incêndio que deflagrou na confluência Sanfins-Escapães e que levou à mobilização de um grande número de meios humanos, terrestres e aéreos; para o incêndio que lavrou durante muito tempo em Lobão e para o incêndio de grandes proporções em Canedo, na zona da Inha/Sousanil e que levou ao corte da N222. -----
Já no ano passado, Santa Maria da Feira foi um concelho castigado pelos incêndios. Este ano,



com o regresso das temperaturas altas, a situação repete-se parecendo que não se aprende nada de ano para ano.-----

Não é admissível que todos os anos se vivam as mesmas situações de destruição de florestas, de aflição para as pessoas e de perigo para tantos e tantos bombeiros que são mobilizados para estes casos. -----

É preciso que o combate aos incêndios comece pela sua prevenção. As câmaras municipais podem e devem ter um papel ativo na prevenção dos incêndios, fiscalizando a limpeza de matas e zonas verdes e procedendo, elas próprias, a essa mesma limpeza. Se cumprissem o seu papel, o risco de incêndios diminuiria drasticamente. -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em 05 de setembro de 2013, recomenda à Câmara Municipal: -----

- Atualizar a carta de risco de incêndio, e com base neste indicador proceda à limpeza dos caminhos florestais de forma a permitir uma intervenção mais eficaz; -----
- Elaborar cartas de risco para as zonas industriais, divulgando-as junto das corporações de Bombeiros do concelho; -----
- Proceder, em conjunto com as Juntas de Freguesia, à identificação de zonas urbanas onde a falta de limpeza de matas e silvados coloque em risco populações e bens, e desencadear processos de contraordenação e de limpezas coercivas no caso de propriedades privadas;-----
- Proceder à limpeza dos terrenos junto das habitações, muitos deles propriedade de Juntas, Câmara Municipal ou Estado português; -----
- Combater os depósitos ilegais de lixo – que são em muitos casos os deflagradores de incêndios – intensificando o serviço de recolha de lixo e expandindo os ecocentros no território; -----
- Intervir junto dos concessionários de infraestruturas, como rede elétrica, autoestrada, rede de comunicações, entre outros previstos na lei, para que procedam de igual modo à limpeza da zona limítrofe aos seus interesses, como define a legislação.” -----

Feita a leitura dos documentos, o *Sr. Presidente da Assembleia* referiu que passaria a submeter a votação, no imediato, os dois votos de louvor, dado o consenso que os mesmos merecem e que, em seguida, passar-se-ia a cumprir um minuto de silêncio, como proposto no voto de louvor apresentado pelo grupo municipal do PS.-----



E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – grupos municipais do PSD, PS, CDS-PP, BE, CDU e o membro independente –, estando presentes 49 dos 64 membros que compõem este Órgão, aprovar os dois votos de louvor em referência, que já se encontram devidamente exarados nesta ata e que se dão aqui por transcritos. -----

Seguiu-se um minuto de silêncio que culminou numa salva de palmas pelo trabalho prestado pelos bombeiros. -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* salientou que daria a palavra ao membro Pedro Filipe Soares para apresentar as moções e a recomendação apresentadas pelo Bloco de Esquerda e que, posteriormente, concederia a palavra a um representante de cada um dos restantes grupos municipais para se pronunciarem sobre esses documentos. -----

Entraram os membros Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, Francisco Camilo Gomes Pinto Ferreira – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas, e José Nogueira da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo.-----

Saiu Alexandra Gomes – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Guisande.-----

Interveio o membro **Pedro Soares** (BE), que começou por dar uma nota de apreço pelo modo como foram conduzidos os votos de louvor e pela unanimidade que os mesmos mereceram, ressaltando que o voluntarismo e a capacidade de dar o melhor de nós pelos outros merecem tais momentos de elevação.-----

Quanto à recomendação relativa aos incêndios florestais, referiu que muito se tem dito sobre as matérias da prevenção, e que o que se tem ouvido mencionar é que não falta empenho no combate aos incêndios, mas sim que falta zelo na prevenção. Disse que a recomendação recai exatamente sobre essa prevenção e sobre aquilo que a Câmara, no entendimento do BE, pode e deve fazer na prevenção dos incêndios florestais e na garantia que o Concelho não tenha quer destruição económica quer perda de qualidade de vida. Sublinhou que as medidas propostas são aquelas que são da competência da Câmara e que o BE considera que não têm sido cumpridas da maneira como deveriam. -----



Frisou que a prevenção é algo que é feita todos os dias, destacando que o próximo ano deve ser preparado desde já, que esse futuro que se quer melhor constrói-se no presente e que, nessa medida, é necessário pensar-se, desde já, nas medidas de prevenção aos incêndios florestais. -----

A respeito da moção sobre os bairros sociais do Concelho, disse que diversos bairros foram visitados por membros do BE e que constatou-se que muitos têm perdido valências relevantes para a inclusão social, como os parques infantis. Referiu ser necessário que a Câmara tenha a preocupação de auxílio na limpeza, na manutenção desses espaços, de ter uma política de proximidade no intuito de manter a qualidade de vida dos bairros sociais, ressaltando que esse trabalho também passa pela inclusão social dessas pessoas. -----

Salientou que o que se assiste, muitas das vezes, é à demissão da Câmara Municipal dessa sua responsabilidade e que, portanto, o BE traz a debate essa moção visando dizer à Câmara que não está satisfeito com aquilo que tem sido feito nessa área e que entende que a Câmara pode ir mais longe. -----

Sobre a moção de solidariedade aos juizes do Tribunal Constitucional disse que, enquanto sociedade, há valores que nos unem, que são conquistas daqueles que construíram o País e que lutaram, também com as suas vidas, para deixar uma Constituição, sublinhando que a Constituição diz-nos aquilo que hoje somos bem como aquilo que queremos ser.-----

Nesse âmbito referiu que, muitas das vezes, há governos que não percebem que se devem reger pela Constituição e que acham que é a Constituição que se deve reger pelas suas intenções.-----

Ressaltou que, por isso, o BE apresenta uma moção que é de solidariedade aos juizes do Tribunal Constitucional, no sentido desta Assembleia dizer-lhes que confia nas suas opiniões, não porque entenda que estão sempre corretos ou sempre errados, mas sim porque existe uma Constituição que tais juizes juraram defender, e que a Assembleia confia que assim o façam. --
Concluindo a sua intervenção, o membro Pedro Soares disse haver governos que juraram governar perante a Constituição mas que se esquecem disso, ressaltando esperar que este voto de solidariedade lembre aos juizes que a Constituição é mais importante que a vontade do governo, e que para lá do governo há um País que diz que há valores que nos unem. -----

Interveio o membro **Pedro Almeida** (CDU) que começou por dar nota do prazer que teve,



ainda que a título de substituição da deputada municipal Lúcia Gomes, em participar dos trabalhos deste Órgão. Referiu que, sendo certo que nem sempre os resultados foram os que almejava, que nem sempre os interesses das populações terão tido a última palavra, que os interesses partidários se sobrepuseram, muitas das vezes, aos interesses dos feirenses, foi para ele um prazer e uma honra participar dos trabalhos desta Assembleia, dizendo esperar ter servido da melhor forma, dentro das suas competências, o seu Município. -----

Feito esse aparte, disse querer dar nota do seu apoio à recomendação e moções apresentadas pelo BE, sublinhando, na sequência do proferido pelo membro Pedro Soares, aquilo que representa a decisão do Tribunal Constitucional na rejeição da chamada requalificação dos funcionários públicos. Salientou que essa decisão permite acrescentar uma nova consternação para aquilo que representa o designar uma proposta de despedimentos em massa como requalificação. Disse ser dramático quando um País designa despedimentos como requalificação, destruindo a vida de centenas de pessoas, fazendo sobressair que tal já aconteceu na história, em momentos de muito má memória, e que volta a acontecer. Referiu considerar que designar despedimentos como requalificações é o mais grave que pode acontecer num Estado de Direito dado que significa que o totalitarismo do atual governo já chegou ao âmago daquilo que é a linguagem e à forma como se designam as coisas.-----

Concluindo, fez um reparo quanto ao título da moção, salientando considerar que o termo solidariedade não será o melhor dado que os senhores juízes do Tribunal Constitucional limitaram-se a fazer o seu trabalho. Frisou que quando alguém faz o seu trabalho não precisa da solidariedade de outros, mas sim que seja reconhecido.-----

Interveio o membro **Rui Tavares** (CDS-PP) que, aludindo à moção de solidariedade aos juízes do Tribunal Constitucional, disse parecer-lhe estar em falta as moções de pesar pelas outras decisões já tomadas por aqueles juízes, e que foram contestadas por quem apresentou a moção de solidariedade, para fazer o devido contrabalanço. Disse considerar ridículo trazer esse assunto, sobre a forma de uma moção, à Assembleia Municipal, sublinhando que os membros não estão neste Órgão para discutir decisões do Tribunal Constitucional. Fez notar que votava contra essa moção. -----

Em relação à moção sobre os bairros sociais, disse ser do entendimento de que o que ela contém são “verdades de La Palice”, comentando que, em termos genéricos, concorda que o



que está na moção deve ser feito. Referiu não saber se a Câmara está, ou não, a fazê-lo, e que também considera que o momento para trazer essa moção à Assembleia não é o mais adequado. Comentou que se, por regra, o BE não trouxesse moções despropositadas à Assembleia Municipal, que achava que essa moção tinha a ver com a campanha eleitoral, mas que como normalmente o faz, a considerava como sendo mais uma. -----

Relativamente à recomendação de implementação de medidas de prevenção aos incêndios florestais, disse considerar que, efetivamente, a Câmara podia ter um papel mais ativo e fazer algo mais em relação a essa prevenção. Nesse âmbito, disse conhecer câmaras vizinhas que estão a fazer limpeza das florestas e a debitar o custo dessa limpeza aos respetivos proprietários, reafirmando que a Câmara devia ser mais ativa nessa matéria. -----

Concluindo, fez alusão ao voto de louvor apresentado pelo BE aos bombeiros do Concelho para dizer que, apesar de ser a última sessão do mandato e a última em que estará presente, ficou feliz por ler uma moção do BE redigida em termos que considera corretos e aceitáveis, dando os seus parabéns ao BE por isso. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que começou por fazer referência à moção de solidariedade aos juizes do Tribunal Constitucional para dizer que o PS se iria abster, na votação da mesma, por considerar que as decisões tomadas pelo Tribunal Constitucional devem ser respeitadas, independentemente de serem do agrado, ou não. Salientou que o PS não entra em caminhos de tomar posições contra ou a favor dessas decisões, ressaltando que aqueles juizes estão a exercer a sua função.-----

Quanto à moção sobre a qualidade de vida nos bairros sociais, deu nota da plena concordância do PS quanto à mesma, fazendo sobressair que, em todo o momento, todos devem permanecer atentos e nunca abandonar a ideia de melhorar a qualidade de vida das pessoas que residem em bairros sociais. Informou que o PS votava favoravelmente essa moção. -----

O membro António Cardoso passou a aludir à recomendação que visa a implementação de medidas de prevenção aos incêndios florestais, para dizer querer deixar algumas notas complementares a esse respeito. -----

Referiu que uma nota fundamental é a falta de autoridade exercida pela Câmara Municipal na prevenção. Disse ter na sua posse um abaixo assinado, com dezenas de subscritores, no qual é pedido a intervenção da Câmara para evitar a plantação de eucaliptos junto a habitações, em



terrenos agrícolas, salientando que a Câmara nada fez relativamente a esse pedido. Frisou ser um caso muito simples mas que demonstra a apatia e o alheamento que a Câmara Municipal tem tido nestes casos, como a limpeza de silvados e de matas junto às habitações, sublinhando que entidades como as câmaras municipais devem ser exemplo a seguir. Salientou que, como também é mencionado na recomendação, a Câmara tem dado um mau exemplo no que concerne à limpeza das matas de que é proprietária, ressaltando ter conhecimento de algumas que estão muito mal tratadas.-----

Disse também concordar que a Câmara Municipal deve ter um papel mais ativo na reflorestação das matas, fazendo sobressair que quem conhece o Concelho e tem a possibilidade e a felicidade de percorrer os montes e vales de Louredo, Vale, Romariz, Canedo, vê uma grande mancha completamente destruída, que desapareceu e que dificilmente será recuperada. Frisou que não ficaria mal à Câmara ser mais ativa nesta matéria, ressaltando que não pode ser esquecido que a qualidade do ar que respiramos depende de uma boa floresta. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro António Cardoso deu nota que o PS votava favoravelmente essa recomendação, ressaltando que, em caso de aprovação, julgava conveniente que a mesma fosse enviada, também, à Autoridade Nacional de Proteção Civil. ---

Usou da palavra o membro **António Topa** (PSD) que começou por dizer, relativamente à moção de solidariedade aos juízes do Tribunal Constitucional, que vivemos num País onde há liberdade e não totalitarismo, sublinhando que só não há a possibilidade de discordar das decisões dos órgãos quando se vive, efetivamente, num país totalitário, onde há muitos presos políticos por discordarem e darem a sua opinião relativamente a matérias que são do foro da liberdade. -----

Referiu ter vivido os tempos conturbados do antes do 25 de Abril, que lutou para que houvesse liberdade em Portugal e que gostava de recordar ao membro Pedro Almeida que não é por um Primeiro-Ministro discordar das decisões do Tribunal Constitucional que elas ficam sem efeito, pois elas mantêm-se.-----

Disse ser perfeitamente normal que se discorde do Primeiro-Ministro, que se discorde de uma decisão do Tribunal Constitucional, que se discorde das decisões dos tribunais e, inclusivamente, se discorde do Sr. Presidente da República, sublinhando que isso traduz a



liberdade e a Democracia. -----

Comentou que a Assembleia, caso se solidarizasse com os juízes do Tribunal Constitucional, teria de solidarizar-se com muitas outras decisões, tomadas por muitas outras entidades, como as câmaras e assembleias municipais, as juntas de freguesia e outras, ressaltando que não ia solidarizar-se com os juízes do Tribunal Constitucional como se de vítimas se tratassem.-----

Disse ter de solidarizar-se é com o trabalho dos bombeiros, realçando os votos de louvor aprovados, por unanimidade, na presente sessão, sublinhando que o trabalho dos bombeiros reflete uma atitude de humanismo pois, de forma abnegada, trabalham em prol de toda a sociedade. -----

Relativamente à moção referente à qualidade de vida nos bairros sociais do Concelho, disse ser conhecida a capacidade da Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Referiu que o grupo municipal do PSD não tem nada contra a proposta em si mas que, contudo, discorda completamente dos considerandos, reafirmando que o trabalho desenvolvido pela Câmara, na área da ação social, é muito forte, incluindo o que é feito junto dos bairros sociais. Deu nota que o grupo municipal do PSD vota contra essa moção por discordar dos considerandos da mesma. -----

Quanto à recomendação para implementação de medidas de prevenção aos incêndios florestais, salientou que o grupo municipal do PSD não discorda do que consta da recomendação. Referiu, no entanto, que a recomendação fala em atualizar a carta de risco de incêndio, ressaltando, acerca disso, que essa carta de risco existe no PDM, que o PDM está na fase final da sua revisão e que, portanto, essa carta estará, possivelmente, atualizada.-----

Disse que a recomendação fala, também, no proceder à limpeza dos terrenos, chamando a atenção, nesse âmbito, que a Câmara Municipal notifica muitos proprietários para procederem à limpeza dos seus terrenos e que tem aplicado penalizações a quem não o faz. -----

Concluindo, o membro António Topa disse que, de princípio, o grupo municipal do PSD concorda com o que consta da recomendação, pelo que votava-a a favor. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter a votação as moções e a recomendação apresentadas, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da moção (BE, CDU), 33 votos contra (PSD: 31, PS: 1, CDS-PP), e 16 abstenções (PS: 15, Ind.), rejeitar a “Moção



de solidariedade aos juízes do Tribunal Constitucional”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor da moção (BE, CDU, PS: 15), 28 votos contra (PSD), e 6 abstenções (PSD: 3, PS: 1, CDS-PP, Ind.), rejeitar a moção intitulada “promover a Qualidade de Vida nos bairros sociais do concelho”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

Reentrou Alexandra Gomes – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Guisande. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor, (PSD: 30, PS: 17, BE, CDU, Ind.), e 2 abstenções (PS: 1, CDS-PP), aprovar a recomendação intitulada “Implementação de medidas de prevenção aos incêndios florestais”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Ultrapassada a discussão e votação das moções e da recomendação, o *Sr. Presidente da Assembleia* abriu as inscrições para intervenção neste Período de Antes da Ordem do Dia. Registadas as inscrições pela Mesa, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao membro Pedro Soares.-----

Usou da palavra o membro *Pedro Soares* (BE) que começou por dizer que, sendo a última sessão da Assembleia antes das eleições autárquicas, não queria deixar passar a oportunidade sem deixar uma nota. Salientou que, independentemente das posições políticas, muitas das vezes antagónicas em relação àquelas que eram defendidas pelo BE e aquelas que eram defendidas pelo Executivo camarário, queria deixar uma nota pelo modo como os trabalhos da Assembleia foram conduzidos pelo Sr. Presidente da Assembleia e por toda a Mesa, bem como realçar o diálogo tido com a Câmara, que considerou quente mas, também, profícuo e positivo, fazendo sobressair ser do entendimento que foi feito jus a este espaço democrático, que é a Assembleia Municipal.-----

Feita essa nota, disse que não era por ser a última das sessões antes das eleições que o BE teria uma postura diferente, ressaltando que o BE sempre foi muito propositivo, sempre teve



ideias para trazer à Assembleia e defender perante a mesma e que, portanto, não podia deixar de fazer aquilo que o BE fez em toda as sessões, que é questionar a Câmara com aquilo que vai encontrando e que, no entendimento do BE, ou está errado ou com questões por resolver.--

Referiu que a primeira matéria que queria colocar não tem diretamente a ver com a Câmara Municipal mas que acreditava que a mesma, dada a política de proximidade que deve ter, pudesse ter algumas informações relevantes. Nessa medida, questionou se a Câmara tem alguma explicação a dar para a situação em que se encontra a Unidade de Saúde Familiar (USF) de Paços de Brandão. Disse que essa USF encontra-se, neste momento, encerrada, afetando a vida das pessoas porque as obriga a deslocarem-se a outras USF. Salientou que esse encerramento deve-se, segundo o aviso que está afixado à porta, à falta de pessoal administrativo, questionando à Câmara se tinha alguma informação quanto a essa matéria uma vez que o BE, tendo tentado saber essa informação por outros meios, não obteve resposta. -----

Em relação à habitação social, disse que tinha algumas questões a colocar. Aludiu aos bairros sociais de Fiães para dizer que um deles tem alguns problemas de estrutura, destacando não ser caso novo no Concelho que edifícios com problemas de estrutura esperem até ao último momento para ver resolvido o problema.-----

Comentou que muitos moradores disseram ao BE que têm alertado a Câmara para a situação mas que a mesma tarda em dar uma resposta e que, por isso, aproveitava para perguntar à Câmara o que se passa, se há, ou não, motivo para preocupação e se é verdade, ou não, que têm tardado as respostas a esses munícipes. -----

Referiu que, por outro lado, num dos bairros sociais de Arrifana foi indicado ao BE que foram retirados os equipamentos infantis. Disse que a Câmara, em outras situações, indicou questões de salubridade, questões de manutenção, até questões de falta de estima por esses equipamentos para justificar a retirada dos mesmos, sublinhando, no entanto, que tais ajudam, num espaço com preocupações sociais, à inclusão social. Salientou, por isso, não perceber como tais equipamentos são retirados sem serem substituídos, bem como não haver um trabalho para que os próprios habitantes possam ter uma interação com esses espaços, para que eles se prolonguem mais no tempo. -----

Ainda sobre questões de habitação perguntou o que se passa com algumas das promessas feitas já lá vão 4 anos, e que não vão ser executadas neste mandato. Referiu, como exemplo, que em 2009 foi lançada a primeira pedra dum projeto de habitação a custos controlados, na



freguesia de S. Paio de Oleiros, mas que essa pedra mantém-se sozinha, quase a entrar em depressão por não ter companhia. Questionou o que se passou com esse projeto, realçando haver um défice de habitação no Concelho, ainda mais a custos controlados. Disse ser certo que houve alterações de mercado, que houve uma crise internacional que baixou o preço do imobiliário, mas que com isso o Concelho não deixou de ter jovens a querer ter acesso a habitação a custos controlados, frisando que no Concelho não existe resposta para isso. -----
Em seguida, o membro Pedro Soares aludiu a uma questão relativa à Rua do Outeirinho, em Santa Maria de Lamas, dizendo tratar-se de uma rua de grande sinistralidade e que está a ser objeto de requalificação. Disse que não iria tecer comentários sobre o timing dessa requalificação, mas que considerava importante questionar quais as preocupações que a Câmara teve para contemplar, nessa obra, a resolução dos problemas de elevada sinistralidade ali identificados.-----

Interveio o membro *Antero Barbosa* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“As corporações de Bombeiros do nosso concelho, as quais desde já saúdo a sua postura abnegada, heroica, como se entregam de corpo e alma na defesa de pessoas e bens, foram recentemente visitadas pelo responsável municipal pela Proteção Civil, agora candidato do PSD à nossa Câmara Municipal.-----

Ao oferecer, tarde, apoio para um aumento da cobertura do seguro de vida dos bombeiros fê-lo de forma vergonhosa e deprimente para quem é vereador há oito anos e só em vésperas de eleições se lembrou que a Câmara estava em falta em apoiar dignamente os bombeiros pelos riscos pessoais e profissionais que passam no exercício das suas funções de soldados da paz. Não vamos relembrar os dramáticos danos pessoais com bombeiros do nosso concelho mas esta visita à última hora em cima das eleições é repugnante... haja respeito pelas pessoas e Instituições. Chegar a este vergonhoso “espetáculo terceiro mundista” só na Candidatura do Porto, onde o candidato do PSD dá esmolas para pagar medicamentos e outras necessidades, ou em Viseu onde o líder dos Presidentes de Câmara dá cheques nas Igrejas às Comissões Fabriqueiras... Mas a nossa Câmara também perdeu a vergonha ao entrar neste circo ao recuperar promessas de subsídios por pagar a Associações do ano de 2006!... Isto é comprar apoios com verbas do erário público... é com estes exemplos e presumivelmente com outros



compromissos escondidos no fundo da gaveta que desacreditam qualquer relatório de Contas que esta Câmara possa apresentar! Com este estado de coisas nem uma auditoria externa, credível e independente e superiormente testada pelo Tribunal de Contas consegue desfazer tanta aldrabice!... Os vícios são tantos, o sistema está de tal forma bloqueado e impenetrável que se tornou impossível termos qualquer relatório de contas transparente. Só com novos protagonistas será possível sair deste pântano.” -----

Interveio o membro *Pedro Almeida* (CDU) que começou por colocar uma questão relacionada com um problema de ordenamento urbanístico. Referiu que a CDU foi chamada, recentemente, a visitar aquilo que considera ser mais um atentado urbanístico, verificado na freguesia de Lourosa, na Rua da Tapadinha. Disse que o que testemunharam foi uma unidade industrial para armazenamento, e não se sabe se para transformação, literalmente encastrada entre duas residências familiares, causando profunda consternação a quem se defronta, no quintal de suas casas, com aquela situação. -----

Salientou que, infelizmente, esse caso que testemunhou e do qual a CDU fez um levantamento topográfico, é apenas um caso de estudo entre centenas no Município, ressaltando que quem se der ao trabalho de ir visitar as ruas da sua freguesia vai deparar-se, em menos de quinze minutos, com unidades industriais instaladas no centro de freguesias, com fábricas e fabriquetas entre residências familiares, com lugares urbanos pejados de armazéns e fábricas. -----

Destacou que, no caso em concreto, essa unidade industrial tem historial de explosões, que acumula materiais potencialmente perigosos e potencialmente explosivos, e que encontra-se localizada a centenas de metros de uma zona industrial. -----

Frisou que, nessa medida, gostava de deixar um alerta para este tipo de situações, sublinhando não ser realista acreditar que podemos ter um Concelho com qualidade de vida quando os moradores deparam-se com fábricas nas traseiras dos seus quintais. -----

Repetiu que, infelizmente, é uma situação corriqueira no Concelho e que tal acontece devido à falta de planeamento urbanístico, devido à expansão de algumas freguesias sob o modelo “mancha de óleo”, do centro para a periferia, sem qualquer planeamento urbanístico e resultando numa área urbana profundamente complexa. -----

Quanto a poder dizer-se que se trata de uma indústria do tipo 2 e, portanto, que não há o



perigo de emissão de gases ou explosões, ou qualquer tipo de atividade prejudicial à residência, disse que isso não corresponde à verdade, fazendo sobressair que toda a gente reconhecerá o transtorno que seria ter, confinando com o quintal de sua casa, um armazém de cortiça que implica a libertação de gases, maus cheiros e barulho intenso. -----

No âmbito desse assunto, referiu que a CDU não deixaria de apresentar um requerimento à Câmara, devidamente fundamentando e circunstanciado com as fotografias tiradas do local, relativo a esta matéria. Anunciou ainda que a CDU apresentará, também, ao Ministério da Economia, uma pergunta por escrito relativamente ao licenciamento e classificação daquela unidade industrial. -----

O membro Pedro Almeida passou a aludir a um segundo aspeto, dizendo prender-se com uma promessa feita pelo Sr. vereador Emídio Sousa a um jornal do Concelho, no final do ano transato, onde dizia que 2013 seria o ano de arranque do projeto de hortas sociais e comunitárias do Concelho. -----

Referiu, a esse propósito, que a CDU recebeu, também recentemente, uma reclamação de um munícipe em que o mesmo dizia ter já apresentado mais do que uma candidatura e que, inclusive, tinha conhecimento de outras pessoas que teriam feito exatamente o mesmo, mas que continuava sem resposta por parte da Câmara. -----

Disse ter conhecimento que, na freguesia de Milheirós de Poiares, existiu o lançamento de um projeto de hortas comunitárias mas que, tanto quanto sabia, tratava-se de um caso isolado. Nessa medida, perguntou qual o estado atual do projeto de hortas sociais e comunitárias no Concelho, e qual a dimensão especificamente social desse projeto.-----

Salientou não poder ser esquecido que, numa altura de crise como a que se atravessa, em que os orçamentos familiares vêm minguando, uma horta ao serviço das famílias é uma ajuda que pode ser essencial para reduzir os custos com produtos hortícolas. -----

Ressaltou que, para além disso, estar-se-ia a dar nova vida a terrenos baldios, abandonados e potencialmente combustíveis, criando zonas de cultivo onde, neste momento, há mato à espera de arder num verão próximo. -----

O membro Pedro Almeida disse querer ainda deixar um alerta no sentido de que este caso não seja mais um “show case” desta Câmara Municipal, com meia dúzia de hortas comunitárias para aparecer, a letras gordas, nos jornais. Focou não ser isso que interessa mas sim um projeto abrangente e realista de hortas comunitárias, ao serviço de todas as freguesias do



Município e de todos os feirenses.-----
Concluindo salientou que, agora mais do que nunca, é exigido à Câmara que dê o seu contributo, mais não seja colocando os terrenos municipais à disposição dos munícipes para fazerem a sua agricultura, fazendo sobressair que, em momentos de crise como este, tal se revela da maior importância. -----

Usou da palavra o membro *António Cardoso* (PS), que começou por colocar uma questão à Câmara relacionada com o seguro de acidentes de trabalho dos trabalhadores municipais. Disse que, pelas informações de que dispunha, ao fim de um prazo de ou 180 ou 366 dias, o trabalhador deixa de ter cobertura de todas as despesas que ocorram devido a um acidente de trabalho. Questionou se tal situação se confirma, comentando ser grave que um trabalhador, ao serviço do município, esteja sujeito a uma limitação desse tipo. -----

Salientou que outra questão que queria colocar relaciona-se com o registo do logotipo das Termas de Caldas de S. Jorge, focando que foi registado pela Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira quando, no entendimento do grupo municipal do PS, deveria ter sido a Câmara Municipal a efetuar esse registo. Referiu que essa sociedade pode deixar de prestar serviço nas Termas e a Câmara terá que a indemnizar, pelo valor que entenderem, pelo registo do logotipo. Frisou que esse registo aconteceu no final do passado mês de agosto e que ainda há tempo para a Câmara corrigir essa situação. -----

Aludiu a uma outra questão, comentando que Santa Maria da Feira é um dos maiores municípios do País, que produz muita riqueza mas que, todavia, não consegue ter um equipamento social que possa receber, com acompanhamento permanente, todos os doentes portadores de deficiência mental. Salientou que, durante o dia, a Casa Ozanam vai dando alguma resposta mas que, para acompanhamento permanente, durante as 24 horas do dia, não existe resposta no Concelho. -----

Nesse âmbito, referiu entender que o Município tem capacidade para dar resposta a essa necessidade, fazendo sobressair que se a Câmara faz investimentos de outra natureza, de muito menos importância em termos de utilidade social, gastando milhares de euros para apoiar a construção de campos de futebol sintéticos, para construir passadiços à beira do rio, entre outros, também poderia investir num centro de acolhimento permanente para cidadãos portadores de doença mental.-----



Frisou ser uma lacuna que existe no Concelho e que ele próprio, tendo algumas responsabilidades, também se sente mal por, ao terminar o presente mandato, ainda não existir essa resposta no Concelho. -----

Levantou uma outra questão, relacionada com a recuperação da rede viária que está a ser feita com contrapartidas da Suldouro. Disse ter conhecimento que essas contrapartidas se destinavam a repavimentar vias que vão sofrer um aumento de tráfego provocado pelo futuro aterro sanitário de Canedo, mas que tal não está a acontecer, ressaltando saber que as Juntas de Freguesia entregam uma fatura à Câmara e que a mesma é paga, independentemente da localização das ruas. -----

Disse achar mal essa situação, realçando que quando, efetivamente, o aterro sanitário estiver em funcionamento, irá provocar um maior desgaste nessas vias, não tendo sido feita a repavimentação atempada.-----

Salientou que, para além disso, a Câmara terá prometido o acompanhamento técnico na reposição desses pavimentos mas que tal não está a acontecer. Frisou discordar com tal situação porque, em primeiro lugar, há um desvio do fim em vista e também porque, por mais vontade que tenha um Presidente de Junta, o mesmo não tem a capacidade para acompanhar uma reposição, que é feita com um determinado caderno de encargos. Fez sobressair que, além do mais, muitos dos empreiteiros que estão a fazer essas reposições foram alvo de processos administrativos, aplicados devido a práticas duvidosas.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro António Cardoso disse querer aproveitar a oportunidade para, em término de mandato, saudar o Sr. Presidente da Assembleia pela cordialidade que sempre manifestou, pelo tratamento delicado que manteve com os membros da Assembleia, bem como para retribuir as saudações feitas pelo Pedro Almeida e pelo Pedro Filipe Soares. Ressaltou que, em diversas ocasiões, foram mantidas discussões bastante escaldantes, ultrapassando, por vezes, os limites, lembrando que no presente mandato foram tratadas, neste órgão, matérias muito difíceis e polémicas, provocando debates com temperaturas mais elevadas.-----

Interveio o membro **José Manuel Leão** (PSD) que começou por, tratando-se da última sessão do mandato, desejar as maiores felicidades sobretudo àqueles que não serão candidatos e, portanto, não serão eleitos para o próximo mandato. Aproveitou ainda para agradecer as



palavras que os outros partidos tiveram para com toda a Assembleia, bem como corroborar as palavras proferidas para com o Sr. Presidente da Assembleia.-----

Em seguida, referiu que havia preparado um texto, e que o fizera face aos pronunciamentos que têm sido feitos sobre a situação financeira da Câmara, salientando que, apesar do grupo municipal do PS não ter, nesta sessão, feito alusão a essa questão, não deixaria de ler o que escreveu, ressaltando que queria dar nota da desorientação total que o grupo municipal do PS tem manifestado.-----

Passou a ler o documento que havia preparado e cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Perante as críticas que o Partido Socialista tem feito à gestão do PSD na Câmara Municipal, importa concentrar-nos nos factos, baseados em números.-----

É normal e perfeitamente natural que a oposição tente encontrar motivos de crítica a quem governa, mas factos são factos.-----

A oposição afirmar que a situação financeira é má é um tiro no pé, porque qualquer pequeno empresário sabe que ter no banco saldo mais que suficiente para pagar os seus compromissos, é uma situação saudável e confortável.-----

Ter encargos com a dívida de médio e longo prazo que representam menos de 4% do seu orçamento é ótimo.-----

O Partido Socialista dá sinais de nervosismo porque içou uma bandeira que se forem inteligentes enterram-na já, porque é um trunfo para o PSD. Falar de situação financeira da Câmara neste momento, só pode motivar elogios a quem a geriu.-----

Em abono da verdade deve dizer-se que os constrangimentos motivados pela crise, desde 2008, tornaram a vida difícil e por vezes muito complicada, com a perda de receita contínua, em contraste com o investimento programado, de forma a cumprir as promessas eleitorais de 2009. É verdade, foi muito difícil, mas uma boa gestão possibilitou chegar ao fim deste mandato, cumprindo o que foi planeado e com uma situação financeira invejável.-----

Eu próprio nunca pensei que com todas as adversidades conhecidas, se pudesse chegar ao fim deste mandato com a melhor situação económico-financeira, desta Câmara desde 1976.-----

Pode a oposição querer denegrir a gestão camarária fazendo afirmações críticas à situação financeira da Câmara. Mas a verdade é inquestionável: neste momento há dinheiro suficiente no banco para pagar todas as contas, e ainda sobram quase quatro milhões de euros. Esta é a verdade por muito que custe a alguns.-----



Senhor Presidente Alfredo Henriques, o senhor pode sentir-se orgulhoso do seu legado. Ficará com o seu nome associado a muitas coisas positivas neste concelho. Destaco apenas três para que fiquem na memória de todos: -----

- A defesa da unidade do concelho, -----

- O desenvolvimento harmonioso do concelho, -----

- A água e o saneamento em todo o concelho. -----

As obras ficam com o cunho Alfredo Henriques mas não menos importante fica o prestígio alcançado ao longo dos anos, que constitui um inestimável património para Santa Maria da Feira. -----

O prestígio de um autarca respeitado por todos. -----

Num país, onde a reputação dos políticos tem andado tanto por baixo, nós autarcas de Santa Maria da Feira orgulhamo-nos de ter tido um presidente de Câmara durante vinte e oito anos, que será lembrado pela sua integridade, seriedade e retidão. Valorizou a imagem dos autarcas e será lembrado como um exemplo a seguir pelos vindouros. -----

Tratando-se da última assembleia municipal é justo realçar a figura do nosso presidente Doutor Cardoso da Costa. A disponibilidade de participar como membro desta assembleia, após ter exercido um dos mais altos cargos da nação, diz bem quem é o Doutor José Manuel Cardoso da Costa. Para além do amor à sua e nossa terra, este seu sentido de serviço público, que foi exercido de forma sábia, conciliadora, de extrema correção, ficará a servir de exemplo a todos nós Feirenses. -----

Para si o nosso bem-haja.” -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por manifestar, nesta última sessão da Assembleia em que está presente como Presidente de Câmara, a sua satisfação por ter colaborado com este Órgão, salientando que, apesar das discussões mais acesas que, por vezes, ocorreram, se poder dizer que a Assembleia cumpriu, no essencial, a sua missão, ressaltando que a Assembleia Municipal sempre deu o seu apoio político aos projetos mais importantes levados a cabo pela Câmara Municipal. -----

Relativamente às questões colocadas à Câmara, começou por aludir à questão da USF de Paços de Brandão, levantada pelo membro Pedro Filipe Soares. Referiu que também o preocupa o facto de essa USF estar fechada por falta de pessoal administrativo, segundo disse



aquele membro.-----

Disse que queria dar nota de que tal situação não está a acontecer somente na USF de Paços de Brandão, recordando que aquele polo de Saúde Familiar não é uma unidade única, mas sim que forma uma unidade com o polo de saúde de Santa Maria de Lamas, a exemplo do que acontece com outros casos no Concelho.-----

Referiu haver uma estrutura que foi bem pensada, tendo em conta as possibilidades, comentando que em algumas situações, também por questões de investimento, decidiu-se aproveitar os equipamentos existentes nas freguesias, normalmente freguesias vizinhas, criando-se uma USF com dois polos. Salientou que tal situação permite às pessoas de Paços de Brandão que, em casos como este, tenham garantia de ser atendidas no polo de saúde da freguesia vizinha, Santa Maria de Lamas.-----

Frisou que queria deixar nota da sua preocupação pelo encerramento, dizendo que o período de férias muito terá influenciado para isso, sublinhando também ser do entendimento que as pessoas devem ter os serviços, essencialmente os de saúde, o mais próximo das suas residências. Referiu que, no entanto, em alguns casos esporádicos, como será o caso, as mesmas têm que se deslocar a uma freguesia vizinha, portanto, mais longe do que o habitual. -

Quanto à questão sobre a estrutura do polidesportivo da zona social de Fiães, bem como a relacionada com o parque infantil do bairro social em Arrifana, disse serem duas questões que estão identificadas e que, efetivamente, não estão bem.-----

Ainda em relação aos bairros de habitação social do Concelho, recordou que a generalidade dos mesmos têm um Gabinete de Proximidade onde, semanalmente e, por vezes, mais do que uma vez por semana, os residentes nesses bairros podem falar com uma assistente social, cujo trabalho é prestar-lhes apoio. A esse propósito questionou se haverá muitos municípios do País que têm esse trabalho e essa proximidade para com tais pessoas. -----

Recordou que a Câmara construiu cerca de 700 fogos de habitação social e que, neste momento, tem 900 inquilinos, fazendo sobressair o papel importantíssimo e, também, desgastante, das assistentes sociais da Câmara uma vez que, por vezes, têm de gerir conflitos havidos dentro dos próprios equipamentos.-----

Quanto ao parque infantil, deu nota que foi desativado porque não estava em condições de estar ao serviço das crianças, referindo, em relação à estrutura do polidesportivo, que o terreno cedeu e que a reposição do piso é uma obra de alguma complexidade. Realçou que tais



situações não têm sido definidas como primeira prioridade da Câmara, destacando que a primeira prioridade da Câmara, no que aos bairros sociais diz respeito, é dar assistência e fazer o devido acompanhamento a essas pessoas.-----

Em relação às obras na Rua do Outeirinho, em Santa Maria de Lamas, informou haver um projeto que foi aprovado na Câmara, ressaltando que os projetos são feitos por técnicos, que procedem à análise das situações, destacando que a Rua do Outeirinho faz parte de toda uma grande obra de requalificação das estradas da freguesia de Santa Maria de Lamas. -----

Ainda a propósito dessa matéria disse haver um conflito de interpretações, dando nota que existe quem defenda que onde não houver o espaço de 1,5 metros para se construir o passeio, que o mesmo não deve ser feito, enquanto outros defendem que, mesmo sem haver esse espaço, que deve ser colocada pelo menos uma guia, mesmo que encostada à parede, para definir a via. Nesse âmbito, disse que os técnicos são competentes, salientando serem eles que estudam os projetos e que analisam o que é melhor para resolver as situações. -----

Relativamente à questão sobre o seguro dos bombeiros, colocada pelo membro Antero Barbosa, referiu que a Câmara está a cumprir religiosamente o que é exigido pela legislação que estabelece as condições mínimas desse seguro. Salientou que essa questão foi colocada numa recente reunião de Câmara e que a resposta que deu foi que estando-se, nesta altura, a cerca de dois meses do final do mandato, não seria o momento adequado para deliberar sobre o aumento do seguro dos bombeiros, e que esse era uma assunto para ser tratado pelo próximo Presidente de Câmara. -----

Referiu que, dentro do seu direito, o Sr. vereador Emídio Sousa, como candidato que é a ser Presidente de Câmara, teve um contacto com os bombeiros onde disse ser possível, nas condições financeiras em que a Câmara hoje se encontra, e que não se encontrava há um ou dois anos atrás, pagar mais pelo seguro dos bombeiros, possibilitando uma cobertura maior. ---

Aludiu a um caso que tem sido noticiado nos jornais, de um bombeiro da Corporação de Lourosa que faleceu, e que esteve internado cerca de meio ano no hospital da Prelada. Referiu que, inicialmente, esse bombeiro foi internado nos serviços públicos, no Hospital de Gaia, mas que por entendimento médico foi transferido para o Hospital da Prelada, e que agora questiona-se quem deve pagar esse internamento. -----

Disse que a Santa Casa de Misericórdia do Porto, que é a proprietária do Hospital da Prelada, além do seguro mandou uma nota à Câmara para pagar, fazendo sobressair que a Câmara



pagou aquilo que é da sua responsabilidade, e que não sabe quem é que terá de pagar o restante, ressaltando que os Bombeiros também dizem não ter de pagar porque o bombeiro foi internado no hospital público. Destacou, contudo, que o bombeiro em causa teve a melhor assistência que há, em termos de queimados, e que é no Hospital da Prelada. -----

Quanto à questão relacionada com os subsídios às associações, disse que por muito que custe ao Partido Socialista, estão todos pagos. Referiu que, eventualmente, alguns gostariam de ter capital de queixa para vir para esta sessão dizer que as associações estavam sem receber o dinheiro dos subsídios atribuídos pela Câmara, mas que não têm esse motivo de queixa, reafirmando que os subsídios às associações estão pagos, excetuando-se alguns que foram deliberados na última reunião camarária e que serão pagos ainda no decorrer do corrente mês. Sublinhou que a atual situação financeira da Câmara permite-lhe, neste momento, falar deste modo. -----

Em relação à questão do armazém na Rua da Tapadinha, em Lourosa, disse não conhecer essa rua, mas que também não tem obrigação de conhecer todas as ruas do Concelho. Ressaltou que a Câmara não pode exigir mais do que o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) impõe, explicando que a Câmara não tem a discricionariedade de deferir ou indeferir aquilo que quer, fazendo sobressair que se uma pessoa apresentar à Câmara um projeto para construir um armazém, cumprindo o RGEU, a Câmara não tem argumentos para o indeferir. -- Frisou, contudo, que uma coisa é o licenciamento de um armazém e outra coisa é o licenciamento de uma indústria, explicando serem coisas diferentes mas que o membro Pedro Almeida, na sua intervenção, misturou essas duas situações. -----

Realçou, ainda, que os regulamentos dizem que as pessoas têm toda a legitimidade para construir pequenos pavilhões junto das habitações, dizendo ter a ideia que essa dimensão ronda os 700 metros, mas que outras pessoas presentes na sala, que costumam lidar com projetos, poderiam confirmar essa informação. -----

Disse que o membro Pedro Almeida fez alguma confusão entre o que são as hortas sociais e os arrendamentos agrícolas, destacando que o apelo feito por aquele membro, no sentido da Câmara disponibilizar hortas sociais para todas as pessoas do Concelho que o quisessem, apesar de ser um apelo muito bonito de se fazer, é impraticável. Frisou que não passa pela cabeça de ninguém que a Câmara tenha possibilidades de arrendar ou comprar hectares e hectares de terrenos, em cada uma das freguesias, para depois dar um bocadinho de uma horta



a cada pessoa.-----

Referiu que a Câmara tem um projeto e que o mesmo se encontra na sua fase final, explicando que foram identificados todos os terrenos propriedade da Câmara e que a ideia é abrir um concurso, fazer-se uma espécie de hasta pública, para aquelas pessoas que queiram fazer o arrendamento desses terrenos, para agricultar. Informou que o preço desses terrenos também já foi falado na Câmara e que será de 400 euros por hectare, por ano. Salientou, contudo, que esse projeto refere-se a arrendamento agrícola e que nada tem a ver com as hortas sociais, explicando que quando se fala dessas hortas fala-se de um pequenino espaço de terrenos que as câmaras disponibilizam para as pessoas fazerem a sua pequenina agricultura, não para tirar rendimento da mesma mas sim para ocuparem o tempo e para manterem a sua “higiene mental”.-----

Quanto à questão colocada pelo membro António Cardoso, a propósito do prazo ao fim do qual o seguro de trabalho deixa de participar os custos, em caso de tratamento, disse também não ter a certeza de como essa situação funciona, deixando um repto ao futuro Presidente da Câmara para tentar resolver essa questão.-----

Relativamente ao registo do logotipo das Termas de Caldas de S. Jorge pela Sociedade de Turismo, realçou que não se pode esquecer que a Câmara detém 50% dessa sociedade e que, portanto, tem poder de decisão. Sublinhou que a Câmara não podia impedir a Sociedade de Turismo de efetuar esse registo porque a Câmara procedeu à concessão das Termas a essa Sociedade e, portanto, não a podia proibir de registar um logotipo de um equipamento que está a explorar. Salientou que o logotipo poderia ter sido registado em nome da Câmara, ressaltando que o logotipo é uma questão de marketing.-----

A propósito de não haver nenhum equipamento no Concelho de apoio permanente aos doentes mentais, referiu que os projetos para candidaturas que têm aparecido são muito direcionadas, aludindo aos projetos de apoio à construção de creches e à construção de lares de 3.^a idade, mas que dificilmente aparece candidaturas para apoiar a construção de equipamentos para poder acolher e manter pessoas com deficiência, principalmente pessoas com deficiência mental. Frisou que esse tipo de equipamento é o mais difícil de gerir, ressaltando que se não for apoiado na sua construção e, essencialmente, na sua manutenção, não há nenhuma IPSS que consiga fazer a gestão do mesmo.-----

Quanto à questão das pavimentações pagas pela Suldouro, referiu que a Câmara assinou um



protocolo com a Suldouro, em que a Suldouro garante uma verba de 4 milhões de euros, que não é exclusivo para pavimentações, e que se destina a apoiar entidades como os bombeiros, as IPSS, e essencialmente as Juntas de Freguesia. Explicou que algumas Juntas, senão a maioria, definiram como prioridade fazer algumas pavimentações, e fizeram-no. Ressaltou, todavia, que esses 4 milhões de euros nada têm a ver com a pavimentação das estradas que se destinam ao aterro sanitário, reafirmando tratar-se de um protocolo que foi celebrado e que o Partido Socialista, sem grande discussão, votou contra, tanto na Câmara como na Assembleia Municipal, dizendo entender que a Câmara está a gerir essa verba com equidade. -----
Fez sobressair que existe uma verba, que foi aprovada na Câmara pelo valor de 1 milhão e 50 mil euros, mas que, pela informação que lhe foi dada pelo representante da Câmara na Suldouro, o Sr. Fernando Moreira, será de 1 milhão e 300 mil euros. Explicou que, essa sim, é para fazer obras na zona que vai ter mais sobrecarga, com a passagem dos camiões para o aterro sanitário, informando que o critério encontrado foi que a quase totalidade dessa verba seja distribuída pelas freguesias que estão a nascente da estrada nacional, porque são aquelas onde se vão concentrar mais os camiões. -----

O membro *António Cardoso* (PS) pediu a palavra, o que lhe foi concedido. Disse que as respostas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara foram claras, salientando que esta sua intervenção vem na sequência do proferido pelo membro José Leão. -----

Nesse âmbito, referiu que queria dizer àquele membro que, infelizmente, a situação financeira da Câmara não é assim tão risonha, recordando que a Câmara acabou de ter um resgate financeiro de cerca de 13 milhões de euros, transformando uma dívida de curto prazo numa de longo prazo, fazendo sobressair que, mesmo segundo as contas apresentadas, há 9 milhões de euros de dívidas futuras. -----

Salientou querer deixar essa situação bem clara, frisando que as coisas não estão tão fáceis assim mas que o Partido Socialista lá estará para abrir o melão e ver como está por dentro, dizendo parecer-lhe que o melão é capaz de estar pior do que aparenta estar por fora. -----

Verificando que o membro José Leão não pretendeu usar da palavra, o Sr. Presidente da Assembleia questionou ao Sr. Presidente da Câmara se tinha alguma informação a acrescentar relativamente à última intervenção do membro António Cardoso, tendo o Sr. Presidente da



Câmara dito que reservava esse esclarecimento para o ponto n.º 2 da Ordem do Dia da sessão, referente à situação financeira do Município. Sendo assim, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado este Período de Antes da Ordem do Dia. -----

Entraram os membros José Carlos Pinto da Silva, Susana Alexandra Lopes Correia – Presidente da Junta de Freguesia de Espargo, Mário Jorge de Castro Reis – Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão, e António Sérgio Gonçalves Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Travanca. -----

Saíram os membros António André Topa e António Vilar Oliveira. -----

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”-----

1 – Ata N.º 25 – Sessão Ordinária de 28 de junho de 2013-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da ata, fazer o apuramento dos sentidos de voto, tal como estipula o Regimento após as últimas alterações introduzidas, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, em seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor e 9 abstenções, aprovar a Ata n.º 25 – referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2013.-----

Reentrou o membro António André Topa.-----

Entrou o membro Manuel Joaquim Baptista Cardoso – Presidente da Junta de Freguesia de Gião.-----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do IV Relatório de 2013, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a



atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, bem como a listagem das obras e fornecimentos adjudicados pelo mesmo até ao dia 30 do mês de agosto findo, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – passando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentação do documento. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dizer que queria fazer alguns comentários relativamente à presente informação legal que a Câmara presta à Assembleia Municipal. -----
Salientou que, em primeiro lugar, queria recordar uma afirmação feita pelo membro Rui Tavares aquando da apresentação, neste órgão, do Orçamento para 2013, quando o mesmo proferiu que tal orçamento, apesar de ser para um ano de eleições, não era um orçamento eleitoralista, dizendo que isso pode ser constatado na informação em causa.-----

Afirmou que o valor do Orçamento para 2013, em relação ao de 2012, baixou cerca de 25 milhões de euros porque, efetivamente, se pretendeu apresentar um orçamento realista, fazendo sobressair que tal levou a que hoje, decorridos oito meses do ano, a receita seja cerca de 55 milhões de euros. Explicou que a receita que se arrecadará nos últimos quatro meses do ano será superior a 50% da até agora arrecadada porque falta receber quase 4 milhões de euros relativos ao último contrato de financiamento feito para a obra de saneamento, cuja maior parte da obra já se encontra paga. Disse, portanto, que ao somar-se 27,5 milhões de euros aos cerca de 55 milhões de euros de receita já arrecadada dará, no final do ano, uma receita superior a 80 milhões de euros, representando mais de 90% de execução financeira na receita e, portanto, também na despesa. -----

Frisou que com tais palavras pretende sublinhar que o Orçamento para 2013 foi feito com rigor, chamando a atenção para que, ao olhar-se para os orçamentos dos anos anteriores, normalmente considerava-se uma boa execução quando rondava os 70%, recordando que a realização normalmente entrava entre os 58 e os 70% e que, no ano de 2013, a execução será, garantidamente, superior a 90%.-----

Prosseguiu dizendo que outro aspeto que queria destacar é que tanto a Câmara como a Assembleia Municipal podem sentir-se orgulhosas por, chegado este momento, a Câmara ter a situação financeira que tem. Frisou que, excetuando uma ou outra fatura que aguarda o visto do técnico, todas as faturas entradas na Câmara estão registadas e que, conforme consta do



documento distribuído, relativamente às dívidas de curto prazo, o total das faturas transitadas ou emitidas em 2013 é de 56,509 milhões de euros, dando nota que, dessas, foram pagos 47,640 milhões de euros, encontrando-se por pagar 8,869 milhões de euros. Explicou que, dessas faturas por pagar, e tendo em conta o acordo de pagamento feito, a Câmara tem 2,404 milhões de euros para pagar no próximo ano, tendo que pagar, no corrente ano, 6,464 milhões de euros. Deu nota que o saldo de Tesouraria da Câmara é de 7,456 milhões de euros e que, portanto, a Câmara tem um superavit de 992 mil euros em relação a todas as faturas que tem para pagar neste momento. -----

Explicou que a Câmara tem faturas referentes às obras das Bacias B2, B3 e B4, relativas ao sistema de saneamento da zona sul do Concelho, no valor de 3,975 milhões de euros, realçando que tal valor está incluído nos 56,509 milhões de euros referentes ao total das faturas. Informou que a Câmara já fez o pedido de pagamento ao POVT de 85% daquele valor, ou seja, 3,379 milhões de euros, fazendo notar que a Câmara receberá essa verba nos próximos meses. Disse ser essa a realidade nua e crua da situação financeira da Câmara. -----

Relativamente à crítica de que a Câmara transformou, com a adesão ao PAEL, dívida de curto prazo em dívida de longo prazo, referiu que teria sido um erro de gestão e um erro de tesouraria se a Câmara não tivesse aproveitado as condições do PAEL, tal como aproveitaram os cerca de 200 municípios que puderam recorrer a esse programa, para ir buscar mais de 12 milhões de euros. Fez sobressair que isso levou a que, neste momento, a Câmara tenha uma dívida de médio e longo prazo de cerca de 55 milhões de euros, representando os encargos dessa dívida cerca de 4% do valor do orçamento da Câmara. -----

A esse respeito, disse ter lido com muita atenção um artigo no jornal Correio da Feira, em que o Sr. vereador Emídio Sousa, como candidato a próximo Presidente da Câmara, fez uma comparação com uma família com um rendimento mensal de 2000 euros e que pague, de amortização e juros do seu empréstimo para habitação, 500 euros, para dizer que essa dívida representa um peso de 25% no orçamento anual dessa família. Fez sobressair que o peso da dívida, no orçamento da Câmara, não chega a 4%, frisando não ser preciso ser um grande empresário, ou economista, para perceber que a Câmara ter aderido ao PAEL foi um ato de boa gestão. Ressaltou que a situação financeira da Câmara é uma situação que, no cômputo geral dos municípios, considera ser invejável porque não tem dívida de curto prazo e porque a dívida de longo prazo está de tal maneira programada e planeada que pesa menos de 4% no



orçamento anual da Câmara. -----
Salientou, em seguida, que decorre da lei que uma Câmara só entra em desequilíbrio financeiro estrutural quando deve 125% do orçamento, realçando que a dívida de longo da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira representa cerca de 50% do Orçamento. Disse ser por isso que usa o termo invejável para classificar a situação financeira da Câmara, sublinhando ser esta a verdade dos números, salientando que caso haja alguém que consiga contrariar qualquer uma das afirmações que proferiu, então que o fizesse apresentando dados concretos.-----

Interveio o membro **António Cardoso** (PS), que começou por dizer que, face à apresentação feita pelo Sr. Presidente da Câmara, tinha dúvidas óbvias a colocar. -----

Referiu que a primeira dessas dúvidas prende-se com o não ter garantia de que todas as faturas entradas na Câmara estejam registadas, referindo que um exemplo flagrante foi que na última reunião de Câmara apareceu em encargo de última hora, relativo a um subsídio a uma determinada associação. Fez sobressair que tal situação não devia acontecer mas aconteceu, sublinhando que tal facto mostra haver incoerências. -----

Em relação à afirmação de que a dívida da Câmara representa 50% do valor do orçamento, questionou quanto é, afinal, o valor do orçamento da Câmara, se é de 100 milhões de euros, ou se é de 60 ou 70 milhões de euros, ressaltando que nessa matéria também coloca as necessárias dúvidas. -----

Frisou que o grupo municipal do PS não está em condições de confiar nos números apresentados e nas previsões feitas pelo Sr. Presidente da Câmara, realçando que essas previsões já falharam no passado. Salientou que o que sabe é que a dívida a médio e longo prazo aumentou, que o garrote para o futuro orçamento aumentou, que a dívida da Câmara apenas mudou de uma prateleira para outra e que não vê mérito nisso, salvo a questão do juro que, segundo diz o Sr. Presidente da Câmara, será mais favorável à Câmara. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro António Cardoso disse que, pelas razões expostas, o Partido Socialista não acredita nos números que o Sr. Presidente da Câmara apresentou.-----

Interveio o membro **Pedro Soares** (BE) que começou por dizer que percebe a vontade de ter um debate político num período eleitoral mas que não estava em crer que se transformasse um



espaço que é muito de informação e que vai ocorrendo ao longo do ano, nas sessões ordinárias da Assembleia, num debate do orçamento anual ou do relatório e contas da Câmara Municipal.-----

Salientou que, não obstante, alguns dados podiam ser analisados na medida do que é possível ser feito, a meio de um ano, num contexto bastante diferente do habitual a nível nacional, e num cenário em que há restrições adicionais ao município até ao final do ano, como o que resultou das decisões recentes do Tribunal Constitucional.-----

Disse que, não obstante isso, teceria alguns comentários ao que foi falado pelo Sr. Presidente da Câmara, sobre as contas do Município. -----

Sobre a afirmação de que o Orçamento para 2013 foi um orçamento sério, questionou se os anteriores, onde se fazia uma enorme “sobreorçamentação” da receita para se poder aumentar a despesa conforme se queria e para se poder gerir com a maior opacidade os orçamentos, se esses não eram sérios. -----

Referiu saber que esse tal orçamento sério não apareceu devido a um repentino rebate de consciência da Câmara Municipal mas sim devido à Lei dos Compromissos, salientando que apesar do BE ter estado contra essa Lei em muitas das suas vertentes, não esteve contra nesta matéria em concreto porque a mesma obrigou àquilo que era a transparência necessária, obrigou a que uma Câmara Municipal tivesse um orçamento em que a sua receita fosse séria para que, depois, se pudesse analisar o lado da despesa com a mesma seriedade. -----

Salientou lembrar-se que o Sr. Presidente da Câmara disse, nesta Assembleia Municipal, aquando da apresentação do Orçamento para 2013, exatamente a mesma coisa, ou seja, que a obrigação da Lei dos Compromissos é que haja uma diminuição da “sobreorçamentação”, ressaltando ter sido essa a consequência dessa lei.-----

Disse que tal situação já devia ter acontecido há mais tempo, ressaltando que isso teria permitido trazer mais transparência aos orçamentos municipais e uma maior capacidade à Assembleia Municipal para fazer uma fiscalização dos mesmos e da sua aplicação, bem como fazer uma melhor análise ao Relatório e Contas, mas que, infelizmente, tal só está a acontecer este ano. -----

Referiu haver um outro aspeto que lhe parece frágil na argumentação, dizendo haver uma linha que separa na interpretação tida pelo Bloco de Esquerda, relativa ao PAEL, da tida pelo Executivo da Câmara, ressaltando que isso já foi discutido em momentos anteriores e que não



iria reavivar essa discussão. -----

Relativamente à gestão da dívida, frisou que aconteceu aquilo a que se chama o “rollover” da dívida, ou seja, contraiu-se mais dívida para pagar a que já existia. Quanto ao argumento dado pelo Sr. Presidente da Câmara de que o PAEL oferece melhores condições, disse que o Bloco de Esquerda discorda e que as razões dessa discordância já foram explicadas em sessões anteriores. -----

Salientou que, daquilo que já é possível ver na execução das contas deste ano, dá para ver onde se está a ir buscar o dinheiro, explicitando ser no IMI. Salientou ser no IMI que reside o principal saque às famílias que têm habitação própria, fazendo sobressair que qualquer pessoa que recebeu a fatura do IMI dirá que foi roubada, em resultado do roubo imposto por este governo. Sublinhou que tal roubo levou a um aumento brutal da receita do IMI, salientando que arriscava dizer que, sem esse aumento, talvez a Câmara Municipal não tivesse o tal superavit que diz ter. -----

O membro Pedro Soares, concluindo a sua intervenção, frisou ser do entendimento que tal matéria deve ser discutida com uma seriedade que só uma execução anual permite ter mas que, apesar disso, crê ser legítimo concluir, neste período a meio do ano, que as cautelas são importantes, quer para a oposição quer para quem está no poder, e que o espaço da campanha eleitoral, apesar de ser apetitoso para se fazer tal tipo de discursos, não é necessariamente o espaço mais profícuo e mais sério para o fazer. -----

Usou da palavra o membro **Pedro Almeida** (CDU), que começando por dizer que queria aproveitar a ocasião para tornar transparente o que se passou nesta sessão e que considera bastante caricato. -----

Referiu que havia uma espécie de encenação pré combinada, à qual o PS parece ter mordido o isco, dizendo que todos terão reparado que o membro José Leão veio com um discurso preparado para o caso do Partido Socialista falar sobre as finanças do município e que, tendo o Partido Socialista estragado um bocadinho a festa ao não ter falado, o membro José Leão leu na mesma o discurso que trazia. -----

Salientou que, depois, percebeu-se que o guião era mais comprido porque o Sr. Presidente da Câmara deu continuidade à deixa lançada pelo José Leão, não obstante de, em todas as sessões ordinárias deste Órgão, haver um ponto da Ordem do Dia designado” Informação



sobre a Atividade e Situação Financeira do Município”, e nunca se ter verificado uma apresentação como a que hoje se assistiu por parte do Sr. Presidente da Câmara, pelo menos com tal extensão. -----

Disse que gostava de sublinhar o significado da necessidade de justificação do Sr. Presidente da Câmara, particularmente em contraponto com a acusação que a ele – Pedro Almeida – foi feita na última sessão, quando procurou fazer um balanço do mandato. Referiu considerar que o balanço que fez, nessa ocasião, foi bem mais sério do que aquele a que hoje assistiu, sublinhando ter apresentado factos, execuções, ou seja, a súmula do que foi este mandato político. Ressaltou que o que viu o Sr. Presidente da Câmara hoje fazer foi apresentar as faturas da Câmara, do último ano. -----

Concluindo, disse que queria dar nota da encenação a que se assistiu, com um primeiro momento de variedades proporcionado pelo membro José Leão e uma segunda parte dada pelo Sr. Presidente da Câmara, dizendo que preferiria que tivesse havido uma discussão mais substancial quanto às execuções da Câmara PSD neste mandato mas que, infelizmente, não foi isso a que se assistiu. -----

Interveio o membro **Rui Tavares** (CDS-PP) que começou por dizer que guarda com regozijo o facto do Sr. Presidente da Câmara se lembrar de algumas declarações que fizera em sessões anteriores, salientando que iria falar desse assunto para, eventualmente, corrigir alguma afirmação que tenha feito e que tivesse sido menos precisa. -----

Referiu que olhou sempre com atenção as informações sobre a situação financeira do Município, que foram sendo prestadas em todas as sessões ordinárias, salientando que o que tem vontade de dizer, a respeito das mesmas, é que se trata de uma grande trapalhada. -----

Explicou dizer isso porque, na prática, os orçamentos anuais têm um lado da despesa e um lado da receita e que esses, conforme é demonstrado todos os anos, coincidem até ao último cêntimo, salientando que isso acontece nas câmaras, nas juntas de freguesia, e em muitas outras entidades. Referiu que se a Câmara fizer mais despesa do que receita então aparece um empréstimo que compensa a diferença para, no final do ano, as contas ficarem equilibradas. ---

Disse ser estranho como é que a Câmara tem 12 milhões de euros de dívida, que está registada, ressaltando ser curioso que, na análise da receita e da despesa, entra a receita dos 13 milhões de euros para pagar as dívidas antigas, mas não entra a despesa referente a esses



mesmos 13 milhões de euros, dado tratar-se de dívida já registada nos anos anteriores. -----
Reafirmou ser tudo uma grande trapalhada e que não vale a pena vir-se “marketerizar” essa situação, comentando até adivinhar que a Câmara conseguirá um lucro fantástico, no final de 2013, de 12 ou 13 milhões de euros que, por acaso, é a verba referente ao PAEL. -----
Frisou que a contabilidade das câmaras e das juntas de freguesia não faz sentido nenhum, que em teoria devia ser possível contabilizar os orçamentos da câmaras e juntas de freguesia, somando os respetivos valores dos seus orçamentos, para saber o valor que movimentam mas que isso é impossível uma vez que os valores estão em duplicado nesses orçamentos e que isso, no fim, dá uma salgalhada. -----
Referiu que, até 30 de agosto findo, a Câmara arrecadou uma receita de cerca de 55 milhões de euros, salientando discordar com o proferido pelo representante do BE quando afirmou que a receita do IMI tem um aumento brutal, fazendo sobressair que, neste momento, a receita do IMI é de 9,9 milhões de euros e que a mesma se situará, no fim do ano, nos 13 ou 14 milhões de euros, sensivelmente a mesma receita verificada em 2012. -----
Salientou que a diferença na receita não será devido ao IMI mas sim devido à rubrica Crédito, dizendo que no ano passado essa foi de 2,6 milhões de euros e que, em 2013, consta o valor de 13,5 milhões de euros, sublinhando que a diferença está nessa rubrica. -----
Quanto à Despesa mencionou que, não tendo sido contabilizadas as tais despesas que foram agora pagas, encontra-se dentro dos valores normais, a rondar os 47,6 milhões de euros.-----
Em relação a ter dito que o Orçamento Municipal para 2013 não é um orçamento eleitoralista, disse que, mesmo não o sendo, há muitas maneiras de matar pulgas, sublinhando que a Câmara tinha no bolso este trunfo, o PAEL, que lhe permitiu, em ano de eleições, pagar às associações todas as dívidas que tinha, de há três e quatro anos. Salientou que, considerando essa forma de fazer contas, estava convencido que a execução, ao nível da receita, vai ficar acima dos 100%, que é uma coisa nova numa execução de um orçamento, mas que no final do ano ver-se-á os resultados. -----
Quanto à questão do peso da dívida no orçamento anual da Câmara referiu que, pelas contas que fez, tais encargos representam 6% do orçamento anual, e não 4%, mas que concordava que, de facto, o município de Santa Maria da Feira não será, nesse aspeto, dos piores do País. Salientou existirem câmaras em que o peso da dívida, nos respetivos orçamentos, é enorme mas que, no caso do de Santa Maria da Feira, tais encargos rondarão os 3 ou 4 milhões de



euros por ano e que, portanto, considerava não ser muito pesado no Orçamento da Câmara de Santa Maria da Feira. -----

Disse ter ficado confuso com a afirmação do Sr. Presidente de que a Câmara tem 7 milhões de euros no banco que lhe permite fazer face a todas as despesas que tem até final do ano, salientando que outra coisa seria se o Sr. Presidente da Câmara tivesse afirmado que a Câmara, neste momento, tem possibilidade de endividamento que cobre as despesas que eventualmente vai ter, até ao final do ano. Referiu ter achado estranho que o Sr. Presidente da Câmara tivesse dito que a Câmara tinha 7 milhões de euros à ordem, solicitando que tal informação fosse confirmada. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Rui Tavares disse querer fazer um pequeno registo em relação ao mandato, que se encontra no seu término. Disse considerar ter sido um mandato complicado, com questões quentes, como o caso do aterro sanitário e da agregação de freguesias, sublinhando ficar com pena de ainda não ter sido aprovado, neste mandato, o novo PDM, dizendo que gostava de ter podido participar nessa aprovação. -----

Referiu ter gostado de participar no mandato, aproveitando a oportunidade para pedir desculpa se, no decorrer do mesmo, ultrapassou os limites do se dever, na defesa das suas ideias. Disse esperar que a sua presença tenha sido notada e que a sua passagem por este Órgão fique marcada, uma vez não ser candidato à próxima Assembleia Municipal, ressaltando que, mais não fosse, a sua passagem ficava marcada pela disponibilização, nas sessões, das mesas de apoio para os membros que se encontrem na primeira fila do auditório. -

Interveio o membro **Fernando Moreira** – Presidente da Junta de Freguesia de Louredo, que começou por dizer que, por vezes, fica perplexo ao ver que as pessoas põem em causa a seriedade não só dos políticos, mas também dos funcionários, frisando serem os funcionários que tratam os documentos. Referiu achar curioso que as pessoas venham elogiar os funcionários da Câmara, dizendo serem muito bons e muito competentes e, depois, os tratem como uns aldrabões, como pessoas não sérias, reafirmando ficar espantado com tais atitudes.--
Salientou, em seguida, haver uma desonestidade política muito grande na análise dos documentos, recordando que, aquando da discussão e aprovação dos orçamentos municipais, o Sr. Presidente da Câmara tem tido o cuidado de dizer que os mesmos estão empolados e, portanto, considera ser preciso dar mérito ao Sr. Presidente da Câmara pela honestidade que



tinha, ao explicitar essa questão, na apresentação dos orçamentos. -----

Afirmou que, nessa medida, só é politicamente honesto se, ao analisar-se a execução de um orçamento, determinar a percentagem de execução não em função dos 100% do orçamento, mas em função dos 70 ou 80% do mesmo, retirando-se os 20 ou 30% que se dizia estar empolado. -----

Quanto a dizer-se, em relação ao IMI, que os municípios estão a ser roubados, disse que embora seja certo que ninguém gosta de pagar impostos, também se deve recordar que, no Município de Santa Maria da Feira, a taxa fixada para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI é de 0,4%, lembrando ainda que, em 2013, o valor do IMI já foi calculado em função das novas avaliações. -----

Ainda a propósito do IMI, disse não conseguir perceber, faltando apenas ser paga a terceira prestação desse imposto, como é que se pode concluir que vai haver um aumento estrondoso da receita do IMI, sabendo-se que no ano de 2012 essa receita foi de 13,8 milhões de euros e que, em agosto de 2013, a receita do IMI é de 9,9 milhões de euros. Frisou estar convencido que a receita do IMI arrecadada em 2013 situar-se-á na mesma ordem de valor da verificada em 2012.-----

Em relação à dívida a curto prazo, disse ter de admitir que corresponde à verdade que a Câmara tem 6,464 milhões de euros de faturas por pagar, não percebendo como é que os números são postos em causa quando são vistos pelo Tribunal de Contas e por outras entidades. Lamentou que o membro António Cardoso ponha em causa tais números, passando um atestado de incompetência ao Tribunal de Contas e a todos quantos analisam tais documentos, fazendo sobressair que fica espantado com a visão que alguns têm da democracia. Disse não poder aceitar que uma Câmara, seja qual for, diga que tem uma dívida de 6 milhões de euros quando, na verdade, tem 4, 7 ou 8 milhões de euros de dívida. -----

Recordou que as câmaras são alvo de inspeções às suas contas, mencionando que a de Santa Maria da Feira foi alvo de várias e que não se recorda de terem sido detetados graves problemas na análise das contas da Câmara, referindo ser normal que pequenas divergências sejam encontradas. Sublinhou se preciso ter algum cuidado na análise das coisas, dizendo que se pode criticar, em termos políticos, as decisões tomadas, sem que se ponha em causa a honestidade de muita gente. -----

Quanto à dúvida colocada pelo membro Rui Tavares a propósito do saldo de tesouraria, frisou



que o Sr. Presidente da Câmara foi claro quando explicou que a Câmara tem 6,464 milhões de euros de dívida de curto prazo e cerca de 7,456 milhões de euros de saldo de tesouraria e, portanto, um saldo positivo de 992 mil euros. Recordou que, além disso, e conforme explicado pelo Sr. Presidente da Câmara, o Município tem ainda a receber uma verba superior a 3 milhões de euros, salientando que, perante umas contas tão claras, só não as entende que não quer.-----

O membro Fernando Moreira, concluindo a sua intervenção, disse querer dar uma nota em defesa da intervenção efetuada pelo seu colega de bancada, José Leão. Nesse âmbito, sublinhou que o que se tem dito nos jornais nada tem a ver com a realidade dos números da Câmara, destacando que até se referiu, num artigo publicado numa das últimas edições, que a receita do município se ficaria, no final de 2013, nos 55 milhões de euros quando a mesma já atingiu, neste momento, esse valor. -----

Sublinhou que a receita da Câmara provavelmente rondará, no final do ano de 2013, os 90 milhões de euros, representando uma execução da receita entre os 80 a 90%, considerando, por isso, que a intervenção efetuada pelo membro José Leão foi perfeitamente legítima. -----

Em seguida, foi dada a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, que disse querer fazer alguns comentários sobre as intervenções que foram proferidas.-----

Começou por dizer que a afirmação do membro António Cardoso, de que as faturas entradas na Câmara não estavam registadas, é de grande leviandade, ao que o membro *António Cardoso* retorquiu, a partir do seu lugar, não ter dito isso, mas sim que não sabia se todas as faturas estavam registadas, ao que o *Sr. Presidente da Câmara* reafirmou tratar-se de uma afirmação leviana, mas que acreditava que o membro António Cardoso não soubesse porque, em várias sessões desta Assembleia, muitas vezes disse coisas sem saber, pelo que não ficava admirado.-----

Referiu que o membro Fernando Moreira tocou num aspeto que tinha anotado para salientar, frisando que, com tais afirmações, não se está a pôr em causa a seriedade do Presidente de Câmara ou do Vereador do Pelouro de Administração e Finanças, mas sim a seriedade da Diretora de Departamento Administrativo e Financeiro, que foi quem prestou e assinou a informação, ao que o membro *António Cardoso* replicou dizendo que aquela funcionária só processa os dados que lhe chegam.-----



O *Sr. Presidente da Câmara* prosseguiu dizendo que a Diretora de Departamento é uma pessoa que considera e que faz a sua obrigação, recordando ter sido a mesma pessoa que já prestou muitas outras informações.-----

Referiu que as pessoas, por vezes, têm pouca memória, lembrando que, quando as Contas da Câmara referente a 2012 foram apresentadas, a dívida da Câmara era de 62 milhões de euros e que, neste momento, com PAEL ou sem PAEL, a dívida é de pouco mais de 50 milhões de euros, não chegando aos 51 milhões de euros.-----

Disse que, nesses 62 milhões de euros, estava a dívida de curto prazo e a dívida de médio e longo prazo, fazendo sobressair que, neste momento, apenas existe dívida de médio e longo prazo, acrescido dos 6,464 milhões de euros de faturas por pagar, como explicou. -----

Frisou, em seguida, ter ficado ainda mais admirado com a intervenção do membro Rui Tavares, ressaltando que o mesmo fez um esforço muito grande para conseguir criar confusão, dado os documentos apresentados serem tão claros.-----

Reafirmou que a Câmara tem em saldo de tesouraria 7,456 milhões de euros, explicando tratem-se de depósitos à ordem, de aplicações financeiras e algum dinheiro, muito pouco, que está na tesouraria, salientando ser essa a verba que a Câmara tem disponível para usar. ----

Ainda em relação às faturas, disse que muitas das que foram pagas eram do ano passado, recordando que foram pagas faturas no valor de 47,640 milhões de euros, e que se ficou alguma fatura por pagar, então que está incluída nos 6,464 milhões de euros de dívida de curto prazo, sublinhando tratar-se de uma questão de matemática pura e que não é suscetível de causar qualquer confusão.-----

Ainda em relação à última intervenção do membro António Cardoso, frisou que a Câmara não aumentou a sua dívida, explicando que, no fecho das Contas de 2012, a Câmara devia 62 milhões de euros e que, neste momento, a dívida não chega aos 51 milhões de euros.-----

O membro *António Cardoso* questionou se as dívidas da Câmara são, ou não, as mesmas, e se a dívida de médio e longo prazo foi renegociada, ao que o *Sr. Presidente da Câmara* voltou a afirmar que, se a Câmara tinha uma dívida de 62 milhões de euros e se agora essa dívida não chega a atingir os 51 milhões de euros, é porque a Câmara pagou faturas e não aumentou a despesa. Referiu ter havido uma renegociação da dívida porque, nos 62 milhões de euros, uma grande parte era referente a dívida de curto prazo.-----

Perante alguns apartes do membro António Cardoso, o Sr. Presidente da Câmara disse desistir



de dar mais explicações, comentando não valer a pena explicar a quem não quer perceber ou a quem já demonstrou, em sessões e sessões desta Assembleia, não conseguir perceber, fazendo sobressair que, por vezes, fica admirado como é que alguém que tem pretensões a gerir uma Câmara pode proferir determinadas afirmações. -----

Frisou que a explicação, em relação à informação sobre a situação financeira do Município, é a que deu, recordando tratar-se de uma informação produzida por um técnico responsável da Câmara, no qual disse acreditar, ressaltando ser obrigação de todos, até prova em contrário, acreditar na informação que é prestada. -----

Sublinhou que a situação real da Câmara foi a que explicitou, fazendo sobressair que a Câmara tem no banco dinheiro suficiente para pagar todas as faturas de curto prazo, e que a dívida de longo prazo não chega aos 51 milhões de euros, passando pouco dos 50 milhões de euros. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara reafirmou que os encargos da dívida, no orçamento anual da Câmara, é de cerca de 4%, e não de 6% segundo as contas do Rui Tavares, sublinhando que esses 4% foram calculados tendo em conta as notas de débito remetidas pelos bancos à Câmara. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado a presente matéria não requerer qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----

Saíram os membros Arménio Magalhães, Carla Adriana Pinto, Jorge Manuel Silva, David Ferreira – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, Maria Santos – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Caldas de São Jorge, e Paula Nogueira – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Mosteirô. -----

3 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida (deliberação da Assembleia de 30/04/2012) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, relativamente ao assunto em epígrafe, aludiu à informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara, datada de 30 de agosto de 2013 – oportunamente



distribuída, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor seguidamente se transcreve:-----

“Na sequência da deliberação camarária de 24 de abril de 2012 e da deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 30 de abril de 2012 no seu ponto 11, n.º 3, cumpro-me dar conhecimento que não foram assumidos compromissos plurianuais ao abrigo da autorização prévia genérica concedida, nomeadamente no período de 24/06/2013 até à presente data.”-----

O Sr. Presidente da Assembleia, em face dessa informação, e confirmando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

Saíram os membros Gastão Valente – Presidente da Junta de Freguesia de Escapães, Augusto Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, Fernando Leão – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, e Amaro Araújo – Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Ver.-----

4 – Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 22 de julho de 2013 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD: 27 PS: 15, CDS-PP, Ind.), 1 voto contra (CDU) e 1 abstenção (BE), aprovar a versão definitiva da



alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 136, de 15 de julho de 2010, cujo projeto de alteração foi submetido a apreciação pública pelo prazo de 30 dias e foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 99, de 23 de maio de 2013 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Em conformidade, ficam, por conseguinte, reformadas as deliberações de 30 de junho de 2010 e 28 de junho de 2013, no respeitante a esta matéria.-----

Reentraram os membros Carla Adriana Pinto e Jorge Manuel Silva. -----

Saíram os membros Ângelo Castro e Feliciano Pereira – Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros. -----

5 – Locação de bens “Renting de Viaturas” -----

- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais-----

6 – Procedimento “Contrato de apoio e manutenção das aplicações informáticas SIGMA” -----

- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais-----

7 – Empreitada de “Construção de Adutora do Reservatório R48.2 e/ou R48.3 para a rede em baixa da cidade da Feira”-----

- Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual -----

8 – Escritura de permuta de imóveis celebrada entre o Município e a sociedade comercial por quotas denominada “Imobiliária Valente, Lda.” -----

- Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual -----

9 – Protocolo a celebrar entre o Município e Fernanda Astrid Loureiro Leite Ferreira e outros-----

- Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe – a que se referem as deliberações camarárias de 22 de julho de 2013, 19 de agosto de 2013 e 02 de setembro de 2013 entretanto enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas – informando que os submeteria a discussão conjunta dado, todos eles, se referirem à autorização para a assunção de compromissos plurianuais e que,



naturalmente, os submetaria, separadamente, a votação.-----

Seguidamente, e tendo verificado que o Sr. Presidente da Câmara nada tinha a acrescentar além do constante nas deliberações camarárias referidas, questionou se algum dos membros pretendia usar da palavra relativamente a algum dos assuntos em questão.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Almeida** (CDU), que começou por dar nota que a sua intervenção se prendia com o ponto n.º 6 da Ordem do Dia, relativamente ao procedimento “Contrato de apoio e manutenção das aplicações informáticas SIGMA”.-----

Disse que, pela documentação distribuída, verificou tratar-se da aquisição de licenças para a utilização de software proprietário, no valor de 78 mil euros, acrescido do IVA à taxa em vigor, para um prazo de 2 anos, a ser contratado a um fornecedor designado Medidata.Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A., com morada na Rua Pero de Alenquer, Porto. - Referiu querer relembrar, uma vez mais, que esta Câmara vem apresentando sistematicamente um volume de custos com aquisição de software que, no entendimento da CDU, parece manifestamente sobredimensionado, recordando que, em sede de discussão do Orçamento e em sede de discussão do Relatório de Atividades e Prestação de Contas da Câmara Municipal, teve já oportunidade de alertar a Câmara para as possibilidades que se abrem, hoje, em termos de software de código aberto, também chamado de software livre. -----

Referiu que o software livre pode ser desenvolvido de acordo com as necessidades da Câmara, realçando que a possibilidade do uso desse software não foi, até agora, aproveitada pela Câmara, levando aos custos que são apresentados à Assembleia. -----

Recordou que, das duas vezes em que colocou a questão do uso de software livre, informou-lhe o Sr. Presidente da Câmara que tinha conhecimento de que as necessidades eram demasiado específicas e que o software que é adquirido à Medidata consegue cobrir um conjunto de necessidades que são, neste momento, as dos serviços da Câmara. -----

Salientou que seria mais do que razoável a Câmara conseguir celebrar protocolos com universidades da Região que conseguiriam, de certeza absoluta, desenvolver software sem custos ou com custos muito reduzidos, desenhado em função das necessidades, destacando não ser por falta de massa crítica que isso não se verifica porque, no Distrito de Aveiro, existe um dos melhores sistemas de computação informática do País, sublinhando que trabalham, na Universidade de Aveiro, dos melhores programadores informáticos do País. -----



Disse acreditar que por uma verba muito inferior aos 78 mil euros seria possível, caso tivesse havido vontade, encetar esforços para desenvolver parcerias no sentido de criar um programa de fonte aberta, ao serviço da autarquia, com custos muito reduzidos, potenciando a massa crítica regional e conseguindo uma sinergia de valor, uma sinergia de mérito, dizendo ser conveniente não esquecer que daqui a dois anos a Câmara terá de pagar outros 78 mil euros e, daqui a quatro anos, outros 78 mil euros.-----

Salientou que o proprietário do software que a Câmara está adquirir vai fazer-se cobrar, periodicamente, para que a Câmara o continue a utilizar, ressaltando que tal não aconteceria se houvesse um investimento em software livre, desenhado à medida das necessidades específicas dos serviços municipais. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Pedro Almeida disse querer deixar a nota de discordância da CDU quanto à aquisição de serviços em causa, deixando, uma vez mais, o apelo a soluções mais criativas, mais económicas e sobretudo, mais racionais.-----

Interveio o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por, em relação à questão colocada pelo membro Pedro Almeida, informar existirem duas empresas no País que trabalham com o POCAL, nomeadamente a Medidata e a AIRC, informando que cerca de metade das câmaras trabalham com software da Medidata e a outra metade com da AIRC.-----

Referiu não haver software livre para a necessidade em causa, pelo menos conhecido, salientando também ser verdade que tal software livre poderia ser desenvolvido, fazendo sobressair, nesse âmbito, que a Câmara está a pagar a uma empresa para desenvolver software livre para outros sistemas da Câmara, como o projeto NORTEAR – Digitalização de Arquivos e Fluxos Digitais Documentais, bem como para todo o sistema da área do planeamento.-----

Quanto ao software aplicado ao POCAL, disse que não iria ser a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira a descobrir a pólvora, reafirmando que quem desenvolveu, em profundidade, os programas do POCAL foram a Medidata e a AIRC, e que é por alguma razão que as câmaras optaram por adquirir esse software em específico a uma dessas duas empresas.-----

Lembrou uma situação verificada com a Câmara Municipal de Oeiras, dizendo que aquela câmara trabalhava com software da AIRC, que depois decidiu mudar e passar a usar a aplicação SAP mas, passado algum tempo, voltou a trabalhar com a AIRC, dizendo que isso terá acontecido por alguma razão.-----



Concluindo a sua intervenção, destacou o facto de cerca de 50% das câmaras estarem com a Medidata e a outra metade com a AIRC, ressaltando que isso explica a situação, sublinhando considerar o membro Pedro Almeida como uma pessoa inteligente e que o mesmo já teria percebido a explicação.-----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter os assuntos, separadamente, a votação.-----

5 – Locação de bens “Renting de Viaturas”-----

- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD: 27, PS: 15, CDS-PP, Ind.), 1 voto contra (BE) e 1 abstenção (CDU), autorizar a assunção de compromissos plurianuais respeitantes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: ---

. Ano 2014 – 13.303,80 € + IVA;-----

. Ano 2015 – 13.303,80 € + IVA;-----

. Ano 2016 – 13.303,80 € + IVA;-----

. Ano 2017 – 6.651,90 € + IVA.-----

6 – Procedimento “Contrato de apoio e manutenção das aplicações informáticas SIGMA” ----

- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor (PSD: 27, CDS-PP, Ind.), 16 votos contra (PS: 14, BE, CDU) e 1 abstenção (PS), autorizar a assunção de compromissos plurianuais respeitantes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: ---

. Ano 2014 – 47.970,00 €;-----

. Ano 2015 – 35.977,50 €.-----

7 – Empreitada de “Construção de Adutora do Reservatório R48.2 e/ou R48.3 para a rede em baixa da cidade da Feira” -----

- Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – grupos municipais do PSD, PS, CDS-PP, BE, CDU e o membro independente –, estando presentes 46 dos 64 membros que compõem este Órgão, autorizar, relativamente ao procedimento em epígrafe, a assunção do



compromisso para 2014 no valor de 261.657,86 € + IVA. -----

8 – *Escritura de permuta de imóveis celebrada entre o Município e a sociedade comercial por quotas denominada “Imobiliária Valente, Lda.”* -----

- *Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor (PSD: 27, PS: 15, CDS-PP, CDU, Ind.) e 1 voto contra (BE), autorizar, relativamente ao procedimento em epígrafe, a assunção do compromisso para 2014 no valor de 120.000,00 €. -----

9 – *Protocolo a celebrar entre o Município e Fernanda Astrid Loureiro Leite Ferreira e outros* -----

- *Autorização prévia para assunção de compromisso plurianual* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor (PSD: 27, PS: 15, CDS-PP, CDU, Ind.) e 1 voto contra (BE), autorizar, relativamente ao procedimento em epígrafe, a assunção do compromisso para 2014 no valor de 54.050,00 €. -----

10 – Relatório do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe, emitido pela Sociedade de Revisores de Contas Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, S.R.O.C., Lda. – registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 12.215, em 02 de setembro de 2013 – distribuído, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, submetendo-o a apreciação. -----

Tendo verificado que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu intervir no âmbito do assunto, o Sr. Presidente da Assembleia passou a introduzir o Período de Intervenção do Público, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório em epígrafe. -----

PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou existir um cidadão inscrito para intervir, nomeadamente o Sr. Orlando do Carmo Alves Macedo, residente na Rua Elísio de castro, n.º 67, desta cidade de Santa Maria da Feira, e que o mesmo



se havia inscrito para falar a respeito do assunto “Cultura em Santa Maria da Feira”. -----
Feita a chamada, e verificando que aquele cidadão se encontrava presente, passou a palavra,
nos termos do Regimento, ao cidadão Orlando Macedo. -----

Usou da palavra o cidadão **Orlando Macedo** que começou por dizer que, por razões de ordem
profissional, sempre foi um observador da vida social e cultural, nos vários aspetos, do
Município, salientando andar há muito tempo a assumir uma grande culpa por não ter vindo a
esta Assembleia, em devido tempo, assumir as suas obrigações como cidadão. -----

Disse que, apesar disso, esperou propositadamente por esta última sessão do mandato, bem
como pela última reunião pública da Câmara antes das eleições autárquicas, para ver se não
teria de ser ele a falar do assunto que ia falar. -----

Referiu estar, em termos coletivos, em representação da empresa Suis Generis, informando
tratar-se da única empresa que atua sobre a gestão do património cultural entre o Mondego e o
Douro, e que se inscreveu para falar sobre um feirense que, há longo tempo, tem feito uma
intervenção absolutamente fantástica, em termos da defesa do que é o património cultural do
Município, quer em termos materiais como imateriais. -----

Salientou que, nos termos do Regulamento da Concessão de Distinções Honoríficas, cabe à
Câmara deliberar, por maioria qualificada de dois terços dos seus membros, a atribuição de
distinções honoríficas, frisando que o motivo da sua intervenção é exatamente lançar um
desafio, ou um pedido, ao Executivo municipal, no sentido de propor, ainda neste mandato e
porque a Câmara ainda vai reunir, a atribuição de uma distinção honorífica ao advogado Dr.
Celestino Portela, pai do atual vereador da Câmara, Dr. Celestino Portela. -----

Concluindo, solicitou ao Executivo da Câmara que tome em atenção o seu pedido, frisando
esperar que o Dr. Celestino Portela (pai) seja, a tempo e horas, objeto da homenagem e
reconhecimento coletivo que considera que este Concelho, há muito tempo, lhe deve. -----

Posto isto, e verificando que o Sr. Presidente da Câmara não pretendeu usar da palavra na
sequência da intervenção feita pelo cidadão Orlando Macedo, o **Sr. Presidente da
Assembleia**, antes de dar por terminados os trabalhos, disse que não poderia encerrar esta
sessão, a última do presente mandato e a última à qual presidiria, sem deixar de dirigir umas
palavras finais que, seguidamente, se passam a citar: -----



“Primeiro de tudo, queria agradecer à Dr.^a Alexandra Sousa a gentileza de ter estado aqui a compor a Mesa, felizmente foi uma assembleia que decorreu com grande elevação, aliás com grande substância, e muito obrigado por ter aceitado substituir o Dr. Vítor Marques. -----

Em segundo lugar, queria também registar dois factos: -----

O primeiro ponto, o Pedro Almeida falou vagamente disso, falou da titular do mandato que está aqui a exercer hoje, mas não referiu concretamente. Eu queria dizer aos senhores membros da Assembleia Municipal, e à Câmara, que esta sessão foi antecipada um dia porque a Dr.^a Lúcia Gomes estava impedida de estar cá amanhã e que tinha tido o gosto de ter cá estado hoje para se despedir de todos os colegas. Não lhe foi possível estar, obviamente, mas eu sinto-me na obrigação e no dever – sem abusar, penso eu, da representação própria do Pedro Almeida –, tenho a obrigação e o gosto de dizer que a Dr.^a Lúcia Gomes, que nos acompanhou durante estes oito anos, tinha tido o gosto de se despedir de todos, mas não o pôde fazer.-----

Também queria dar nota, particularmente a todos os grupos municipais, mas a iniciativa foi, inicialmente, do grupo do PSD e transmitida pelo Eng.º António Topa, que recebi uma carta particularmente sentida e sensibilizada da viúva do Prof. Costa Lobo, a agradecer o voto que a Assembleia Municipal aqui lhe tributou oportunamente. -----

É uma situação particularmente especial, trata-se de uma individualidade que prestou grandes serviços ao Município e, portanto, embora o ofício conste da lista que é fornecida em cada sessão, não queria deixar de sublinhar esse facto.-----

Ainda antes das minhas palavras finais, um outro ponto. -----

Houve ao longo deste mandato, sobretudo a partir de 2010, uma questão que me preocupou muito e que foi o pagamento das senhas de presença às reuniões da Assembleia Municipal, no que toca aos aposentados.-----

Como oportunamente tive ocasião de dizer, suscitou-se, a esse respeito, uma certa divergência. Eu devo dizer que os senhores membros da assembleia aposentados que recebem essas senhas podem continuar a recebê-las na base do entendimento que foi firmado pelo serviço jurídico de várias comissões de coordenação regional. Mas há uma dúvida sobre isso, tem havido uma dúvida sobre isso. Eu entendo que é uma situação absolutamente insustentável e de uma desigualdade insuportável que os aposentados que são membros da Assembleia Municipal, não possam receber senhas de presença, que isso seja contado como



remuneração.-----

Eu fiz, ao longo deste mandato, algumas diligências invocando a minha qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, nesse sentido, e quero dizer que, antes ainda de deixar o mandato, farei uma última intervenção escrita junto a quem de direito expondo o assunto. Aliás, já tive ocasião de expor o assunto a um membro do Governo, que ficou relativamente sensibilizado por esta matéria, e eu tentarei um último esforço no sentido de ver se isso fica clarificado no orçamento dos anos que vem.-----

Entretanto, anunciou-me oportunamente o Sr. Rui Guimarães que há vários membros da Assembleia Municipal que têm senhas de presença por receber, foi enviado um e-mail oportunamente, agradecia que verificassem, portanto aqueles que têm senhas de presença a receber e as não receberam, podem dirigir-se aos serviços camarários.-----

Por último, Sr. Presidente, Sras. vereadoras, Srs. vereadores, Sras. e Srs. deputados municipais, queria, antes de mais, deixar-lhes uma palavra de saudação e de agradecimento no final deste mandato.-----

Se a lei não foi alterada, como suponho que não foi nesse ponto, ainda me cabe a mim, mas já na qualidade de Presidente cessante e a título puramente pessoal, já não como membro da Assembleia Municipal, caber-me-á a mim, se Deus quiser, presidir à sessão de instalação da nova Assembleia Municipal e da nova Câmara, após as eleições.-----

Mas essa será uma cerimónia formal que não pode tirar o meu dever, e o meu gosto, de lhes dirigir aqui algumas palavras finais. Que começam por ser, naturalmente, palavras de profundo agradecimento a todos os membros dos grupos municipais que hoje, de uma forma ou de outra, mas a todos de modo muito expressivo, por várias formas, manifestavam o seu apreço e eu diria o seu carinho e o seu respeito.-----

Fico-lhes muito grato por isso, e agradeço-lhes penhoradamente, muito sensibilizado, as palavras que disseram a meu respeito.-----

São oito anos que chegam ao fim, oito anos em que exerci uma função que já não estava à espera de exercer.-----

Quando me convidaram para exercer esta função eu disse, por graça, a quem me convidou: os senhores estão-me a pedir para eu entrar na política na idade em que o meu pai saiu. Foi mais ou menos assim.-----

Eu queria dizer-lhes que guardo estes oito da minha vida como anos muito gratos pelo pouco



em que pude servir o meu Município, a minha terra, à qual sempre me senti profundamente ligado e à qual continuarei sempre indissolúvelmente ligado, vivendo as suas vitórias, inclusivamente a dos seus clubes de futebol, e de outras modalidades, que vejo ansiosamente todas as segundas feiras nos jornais locais, e as vitórias noutros aspetos, o seu progresso, o seu desenvolvimento, e vivendo também as suas dificuldades e as suas vicissitudes.-----

Eu entendo que prestei o serviço que me pediram, um serviço modesto, um serviço que nada vale, mas fi-lo com muito gosto e guardo daqui uma grata recordação.-----

Tivemos dois mandatos diferentes, o segundo foi um mandato mais difícil, como já foi aqui assinalado, foi um mandato em que se levantaram questões polémicas, questões complexas, tivemos aqui momentos difíceis mas, enfim, com o esforço de cada um e com alguma habilidade, com alguma compreensão, acabamos por superá-los.-----

Estas assembleias, é natural que sejam assembleias calorosas, assembleias acaloradas até, que haja aqui um ou outro gesto de excesso, isto faz parte da vida cívica e da vida política. Eu, pela minha parte, peço-lhes desculpa pelos excessos que tenha tido, pelo excesso de palavras que algumas vezes tenha usado, por alguma intempestividade e por algumas das minhas intervenções, procurei fazê-lo sempre com equidade, com independência e com respeito por todos os membros da assembleia.-----

São estas palavras de congratulação pessoal e de agradecimento que quero, antes de mais, dirigir aos membros da assembleia, aos que aqui estão hoje, aos que faltaram e aqueles que já pertenceram à Assembleia Municipal no primeiro mandato, em que eu tive a honra de presidir a este órgão, e que não fazem parte do mesmo neste segundo mandato.-----

A esse respeito queria particularmente invocar a memória dos membros da Assembleia Municipal que, ao longo destes oitos anos, perdemos do nosso convívio.-----

Refiro-me ao Sr. Fernando da Silva Coelho, que foi Presidente da Junta de Freguesia de Caldas de São Jorge, ao Sr. Álvaro Moreira de Azevedo, que foi Presidente da Junta de Freguesia de Romariz e, por último, ao Dr. Sérgio Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, todos eles aliás nos deixaram em circunstâncias inesperadas, em circunstâncias abruptas, e tenho que sublinhar, entre todos, a memória do Dr. Sérgio Ribeiro, que foi 1.º Secretário da Mesa durante estes dois mandatos, até ao seu falecimento, e que nos deixou quando se esperava dele ainda a possibilidade de uma grande colaboração ao Município, um homem que se deu inteiro. Invoco, de novo, a memória destes três nossos colegas que nos



acompanharam ao longo destes anos. -----

Queria agradecer aos membros da Mesa, agora ao Sr. Francisco Maia em particular, ao Dr. Vítor Marques, à Dr.^a Alexandra de Sousa, ao Marco Jesus, a um ou outro que também nos ajudaram, e agradecer-lhes a colaboração que me deram e o empenho que puseram no exercício das suas funções. -----

Agradeço particularmente aos líderes dos grupos municipais, José Manuel Leão, António Cardoso, Rui Tavares, Pedro Almeida, o Pedro Soares, que participou menos vezes mas, em si, saúdo o Nuno Serrano que foi quem principalmente participou nestas assembleias.-----

Agradeço-lhes a colaboração que me deram, o esforço com que contribuíram nas reuniões preparatórias para que estas sessões decorressem bem, fico-lhes muito grato pelo vosso empenho, de todos levo uma grata recordação.-----

Queria saudar também os senhores membros da Câmara municipal, os Srs. vereadores, o Sr. Vice-presidente, o Sr. Presidente, e agradecer-lhes, também, toda a disponibilidade que deram ao funcionamento desta Assembleia.-----

Queria agradecer também, particularmente, ao funcionário da Câmara, ao Rui Guimarães, que sempre assessorou prontamente, o nosso sistema de contacto, via e-mail, que funcionou da forma mais eficaz e mais rápida que se pode imaginar, foi um dos que me obrigou a usar esta ferramenta de uma forma mais prática, porque eu sempre fui um pouco avesso a isso, mas além do Rui Guimarães queria agradecer também a todos os outros funcionários da Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos, à D.^a Isabel Campos e a todos os outros que não estão aqui, e aos funcionários da Biblioteca, e da segurança, que têm-se empenhado na realização destas sessões. -----

Uma palavra de agradecimento também e de saudação aos membros da comunicação social, aos que estão aqui hoje e a outros que não estão hoje e que têm transmitido, sobretudo nos jornais locais, de uma forma bastante ampla e, em geral, de uma forma fiel e correta, o conteúdo essencial destas assembleias. São um elemento importantíssimo para que estas assembleias transpirem o que aqui se diz, transpirem um pouco para além destas paredes. -----

Queria saudar agora, em particular, os que partem, os que saem, aqueles que, como eu, já aqui não vão estar no próximo mandato, mas permitir-me-ão e compreenderão que eu não possa, nesta saudação, deixar de destacar o nosso Presidente da Câmara, que deixa o exercício destas funções ao fim de 28 anos.-----



E a verdade é esta, quaisquer que sejam as divergências, as críticas, as polémicas que a sua ação tenha suscitado, penso que há uma coisa, Sr. Presidente, em que todos estaremos de acordo e todos lhe renderão o cumprimento dessa homenagem. O senhor é um homem polémico, nesta altura, porque é Presidente da Câmara, representa uma facção, representa um partido, portanto é natural que tenha sido sempre um homem polémico, vai deixar de ser um homem polémico, vai passar a ser um homem respeitado pelo serviço que prestou ao Município durante estes 28 anos, não é comum, passa a ser seguramente a figura feirense que durante mais anos exerceu estas funções e exerceu-a porque os seus munícipes confiaram em si. -----

Esta palavra de saudação, que queria deixar de uma forma muito particular hoje, e também aos senhores vereadores que vão deixar o mandato e que não voltam a exercer funções na Câmara, eu não sei bem qual será a composição da nova, alguns sei que não vão ficar, outros não sei bem, seja como for, penso que se alguma função representativa pode ter, em último termo, o Presidente da Assembleia Municipal, é de ser uma espécie de representante do Município, em circunstâncias destas. -----

E creio que não abusarei se lhes tributar, a todos, Sr. Presidente e a todos os demais, o agradecimento do Município de Santa Maria da Feira por aquilo que tanto lhe deram.-----

E a todos os que vão continuar, sejam quais forem as funções em que o vão fazer, desejo-lhes naturalmente as maiores felicidades e que este Município continue a ser uma referência, apesar de tudo, na capacidade de convivência, na capacidade de discussão democrática, elevada, correta, com os calores que as discussões têm, mas que foi sempre um timbre desta terra e espero que continue a ser, porque esse será um grande espírito para o seu progresso. ---
Muito obrigado a todos.” – fim de citação.-----

Em seguida, e após um forte aplauso da Assembleia às suas palavras, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão.-----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 01,00 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----



O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,
